

### ***Comentário sobre a publicação de “As duas almas”***

Acabo de defender tese de doutorado e o professor Rodrigo Passos me convidou para publicar minha monografia. Não poderia jamais recusar esse convite, mas penso que preciso escrever um comentário – mesmo breve – sobre este texto, que vai sair da gaveta depois de quase dez anos.

Foi um trabalho muito importante para mim, sobretudo porque, independentemente dos resultados agora publicados, funcionou como um mapa da pesquisa que desenvolvi a título de pós-graduação. Evidentemente a pesquisa avançou, e como não poderia deixar de ser, revi algumas posições outrora defendidas.

Na releitura do meu trabalho, noto que conferi peso demais ao artigo de Chibber, bem como aceitei de modo acrítico sua distinção entre “estrutura” e “conjuntura”, tomadas praticamente como sinônimos de “economia” e “política”, respectivamente. Por outro lado, penso que conferi pouca importância às divergências entre “marxistas” - muito diferentes entre si - e ratifiquei uma classificação imprópria, conferindo ao “debate clássico” uma coesão que não sobrevive a uma pesquisa mais aprofundada.

Em termos pontuais, hoje penso que cometi diversos deslizes com relação a essas “teses clássicas” que as leituras posteriores me permitiram desvendar. Não estou mais tão seguro do esquematismo de Lenin, embora continue considerando que a questão da periodização ainda está muito mal resolvida, tanto naquela obra quanto nas demais. Este problema se liga fortemente à polêmica entre ele e Kautsky. Não deixa de ser curioso, para mim, notar que em 2006 a previsão de Kautsky se mostrava mais verossímil, ao passo que, na tese, a balança pende muito mais para a hipótese leninista, mas ainda preciso escrever um novo texto no qual buscarei explicitar minha posição atual.

Certamente não faria hoje a comparação de Kautsky com Bakunin. São renegados muito distintos. A interpretação que fiz de Rosa tampouco me parece fazer jus ao que defendo

hoje. Para ficar somente em um exemplo, na tese defendo que em seu trabalho já aparece uma tensão mal resolvida na categoria *imperialismo*, que aparece tanto quanto uma *política* quanto como uma *etapa*. *Ao mesmo tempo*. Contudo fico contente de reler ali o fundamental da minha interpretação luxemburguista; a saber, a centralidade do conceito de reprodução social total, amplamente superior às polêmicas esquemáticas e à absurda acusação de subconsumismo.

Percebo e lamento que em 2006 não tenha conhecido um trabalho que hoje considero extremamente relevante para o debate “contemporâneo”: *O Império do Capital*, de Ellen Wood. Embora tenha divergências importantes com relação a alguns argumentos da autora, é provável que o conhecimento desse trabalho naquele momento – tanto quanto o debate sobre o “imperialismo do livre-comércio”, que encarei no mestrado – me permitisse escapar de um dos principais problemas que percebi na releitura da monografia: penso ter ratificado com demasiada pressa o esquematismo de Harvey, que possui armadilhas que somente pude perceber recentemente, durante o doutorado - sobretudo o argumento de que as ideias de Hobson sobre o imperialismo são mais úteis para a compreensão deste fenômeno do que aquelas desenvolvidas pelos marxistas.

Por fim, penso que, no fundamental – diferentemente daquele famoso colega de profissão – continuo defendendo as interpretações que comecei a formar quando da realização do trabalho agora publicado, o que me deixa muito contente.

Thiago Fernandes Franco,

Fevereiro de 2016.

## AS DUAS ALMAS: As Análises Clássicas e as Peculiaridades das Discussões sobre o “Novo Imperialismo”

*Thiago Fernandes Franco<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este trabalho teve por objetivo apresentar uma apreciação crítica comparativa entre o “debate clássico sobre o imperialismo” - do início do século XX - e o “debate contemporâneo sobre o (novo) imperialismo” - que ganhou fôlego após 2002, com a declaração da Guerra Global contra o Terrorismo. Para tanto, no primeiro item comentamos algumas ideias dos “clássicos” - Hobson, Angell, Hilferding, Lenin, Kautsky e Luxemburgo. No segundo, comentamos brevemente sobre como a questão foi pensada no período entre os dois debates. No terceiro, comentamos Mann, Chomsky e Harvey. Por fim, a título de considerações finais, atentamos para a importância de relacionar esse debate com a luta anticapitalista.

**Palavras-chave:** Imperialismo, Capitalismo, Marxismo, Historiografia, Relações Internacionais.

**Abstract:** This paper had for goal presenting a critical comparative appreciation between the “classical debate on imperialism” – from the beginning of the 20<sup>th</sup> century – and the “contemporary debate on (new) imperialism” – which was fostered after 2002, with the deflagration of the Global War on Terror. To those ends, firstly we comment some ideas of the “classical authors” – Hobson, Angell, Hilferding, Lenin, Kautsky, and Luxemburg. On the second topic, we comment briefly how the question was thought in the period between both debates. At the third topic, we comment Mann, Chomsky, and Harvey. Finally, as our final considerations, we pay attention to the importance of relating this debate with the anti-capitalist struggle.

**Keywords:** Imperialism, Capitalism, Marxism, Historiography, International Relations.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp) na área de História Econômica. Bacharel em Relações Internacionais (Faculdades de Campinas) e em Ciências Sociais [Política e Sociologia] (Unicamp). Licenciado em Ciências Sociais (Unicamp). Professor na Universidade Católica de Santos (Unisantos) junto ao curso de Relações Internacionais. Suas principais pesquisas incluem os estudos sobre a História do modo de produção capitalista e as diversas interpretações sobre o Imperialismo.

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi concebido, desde seu princípio, como um projeto que busca combinar duas “almas” elementares que se referem às suas próprias organização e estrutura. Por um lado, como não poderia deixar de ser, traz consigo as características de um trabalho de conclusão de curso (s), em que apresentamos os resultados finais de quatro anos de estudos em Relações Internacionais e em Ciências Sociais. Entretanto, ficará evidente ao longo da leitura, que não apresenta conclusões de quaisquer espécies, e suas problemáticas têm antes o caráter de iniciação científica e de proposições inconclusivas que de conclusão de qualquer coisa, como talvez se poderia esperar. Estamos certos de que a formação intelectual jamais poderia ser considerada concluída tão prematuramente, e que as problemáticas aqui expostas carecem, em si mesmas, de anos de reflexões e discussões.

Assim, manifestamos claramente que o objetivo fundamental dessa pesquisa é preparar a discussão sobre o imperialismo e as relações internacionais contemporâneas por meio do mapeamento bibliográfico que possivelmente sustentará um projeto de mestrado, e não a apresentação simples da superfície dos problemas analisados. As relações profundas carecem de maior cuidado intelectual. Eventuais questões que apareçam mal resolvidas devem ser consideradas sob este prisma, que é nosso ponto de partida e guia de toda a consecução do trabalho, em inevitável continuidade.

A escolha dos autores se deveu por um lado pela importância desses para o debate acerca do imperialismo. Contudo, de maneira ainda mais decisiva, o que nos interessa é entender o mundo hoje. Nossos debatedores virtuais, portanto, são aqueles preocupados com os atuais rumos do mundo. Se carregamos demais nas tintas em uma ou outra crítica, fica explicitada a razão: sob as luzes da atualidade, tal ou qual ponto do autor nos pareceu equivocado, ou infrutífero.

Deste modo, ao possível leitor, gostaríamos de deixar manifesto nosso desejo de debater questões provocadas por quaisquer idéias aqui expostas e um profundo agradecimento a quaisquer sugestões.

A discussão teórica clássica acerca do Imperialismo ocupou um papel de suma importância no debate acadêmico e político, em especial no final do século XIX e início do XX. Essa discussão tinha uma característica básica que não foi notada na época: praticamente todas as interpretações identificavam elementos estruturais como fundamento das práticas imperialistas que dominaram o cenário internacional entre 1870 e 1914. As motivações dos

atores envolvidos, as políticas públicas e de Estado, as guerras, os padrões de comércio e o estabelecimento das relações internacionais da época, ou seja, o que se pode entender grosso modo como práticas imperiais, eram percebidos como resultados de combinações de elementos estruturais que influenciavam de maneira decisiva a própria constituição dessas relações, de tal sorte que a tentativa de abarcar analiticamente a complexidade dos problemas, ou seja, a busca por combinar elementos de vários níveis de composição da realidade analisada era preocupação constante de grande parte dos pensadores da época, que não se contentava com explicações de uma única natureza.<sup>2</sup>

Já a discussão sobre o “Novo Imperialismo”, por seu turno, se dá em bases diferentes: as causas estruturais não aparecem nas principais análises. Tudo parece girar em torno de uma questão conjuntural: a agressividade da política externa dos EUA que, por sua vez, é possível por uma combinação de circunstâncias internas (o predomínio das alas mais conservadoras do Partido Republicano) e a incapacidade da Europa em reagir de forma coerente como um contraponto aos EUA. O objetivo deste trabalho é procurar elementos que nos ajudem a avançar no entendimento do que explica esta mudança radical na forma de conceber o imperialismo, ainda que talvez não alcancemos respostas definitivas a essa problematização.

Como quase todas as demais polêmicas do período de transição dos séculos XIX para XX, a discussão clássica sobre o imperialismo pode ser analiticamente separada em dois polos principais e antagônicos, sendo o primeiro deles o Liberal e o segundo o Marxista. É evidente que estas “visões de mundo”<sup>3</sup> não se apresentam de forma coesa, e no interior de tais formulações o debate e a discórdia foram muitas vezes tão ou mais intensos que o próprio confronto entre os dois polos antagônicos.

Buscaremos, aqui, levantar brevemente as nuances de alguns autores representativos desses campos, sobretudo tendo como critério elementar de inclusão a ponderação sobre elementos presentes nesses autores que se relacionam diretamente com a problemática atual das discussões sobre o Imperialismo e as relações internacionais contemporâneas.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Deve-se ter em mente as diferenças essenciais entre “práticas imperiais”, que são a aparência superficial das relações de um sistema mais complexo, e esse sistema, o “sistema imperial”. Quando tomamos império, imperial, e imperialismo, devemos ter em mente as implicações do próprio uso da classe gramatical escolhida.

<sup>3</sup> Tomamos aqui o termo “visão de mundo” como um sistema de valores e percepções que compõem inevitavelmente a forma de pensar de modo decisivo, definindo-a. Talvez devêssemos adotar o termo “ideologia”, com todas as suas implicações, enquanto “falsa consciência”. Optamos, para evitar simplificações indevidas e ambigüidades, pelo não emprego de tal termo, buscando um pouco de clareza em problemas por vezes ainda obscuros. Contudo, o leitor poderá fazer as devidas substituições ao longo do texto de modo a acompanhar nossas reflexões como lhe convier.

<sup>4</sup> Pois que esse trabalho não nos faria qualquer sentido se voltado exclusivamente a discussões teóricas do século retrasado. Todavia, percebemos com a pesquisa que seria fundamental voltar a essa discussão exclusivamente

Utilizamos a classificação corrente que rotula este primeiro processo – dos séculos XIX e início do XX – de Imperialismo Clássico e tentaremos contrastá-lo com o processo do final do século XX e início do XXI. Adotamos as classificações correntes. Sobre o primeiro processo, seguiram as “interpretações clássicas acerca do Imperialismo”, ao passo que sobre o segundo, se dão as “interpretações contemporâneas”. Procuraremos demonstrar tanto seus pontos convergentes quanto discrepantes, preocupando-nos tanto com as mudanças da realidade – em algumas de suas múltiplas manifestações, como a economia, a política e a estratégia – quanto os reflexos destas mudanças no plano da formulação teórica/ideológica.

O jogo entre as manifestações práticas e as interpretações sobre elas constitui a ocupação fundamental dessa análise, e é, portanto, a chave que utilizamos para ilustrar complexamente a realidade contemporânea em contraste com a realidade dos séculos anteriores, buscando elementos que nos permitam entender as mudanças e continuidades do processo histórico e do modo de vida dos humanos.<sup>5</sup>

O objetivo deste trabalho é, portanto, comparar o debate clássico sobre o Imperialismo com as discussões atuais sobre o “Novo Imperialismo”. A primeira parte do trabalho será bastante convencional: uma comparação da polarização entre as interpretações liberais e marxistas do imperialismo, enfatizando também as particularidades das principais interpretações no interior de cada corrente.

A segunda fase envolverá uma análise mais complexa devido à própria natureza do objeto, ainda em mutação. Este é, com efeito, um problema fundamental e necessário de análises que não podem gozar do devido distanciamento histórico.

Somente de posse desta classificação é que poderemos tirar conclusões mais gerais sobre o “Novo Imperialismo”, ainda que, como dito, não pretendamos apresentar soluções ou interpretações originais, mas mapear o debate com a esperança de que esse exercício nos ilumine ao menos parcialmente nos dilemas em que nos encontramos, ao qual creditamos grande importância por verificarmos que constitui o objeto elementar de toda análise que se

---

pelo fato que grande parte dos elementos para entender a contemporaneidade estão presente nas discussões dessa época de maneira mais precisa que no curso atual das análises.

<sup>5</sup> Ainda que o modo de apresentar esse jogo seja o prisma dos próprios autores dos quais privilegiamos aspectos teóricos. São poucos os autores aqui presentes que o estão somente para nos apresentar os aspectos factuais. E isso indica um pouco nossa concepção de que esse jogo entre a realidade e suas interpretações muitas vezes se apresenta como um falso dilema. E esse falso dilema – que não é o único que discutiremos nesse estudo – deriva do erro de conceber a realidade e as idéias de maneira inequivocamente separada, sem compreender as múltiplas influências de um sobre outro. Com efeito, temos sempre que ter em mente que a realidade é composta também pelas idéias, e as idéias carregam em si mesmas elementos de realidade nada desprezíveis aos pensadores mais atentos aos seus problemas que aos purismos supostamente científicos. Seguimos o caminho por entre as idéias e a realidade.

pretenda fazer sobre as relações internacionais nos dias de hoje. De fato, nos parece urgente compreender o papel dos Estados Unidos no mundo de hoje e que mundo que esses mesmos Estados Unidos tentam criar para os próximos anos.

O ponto de partida é um artigo de Vivek Chibber denominado *The Return of Imperialism in Social Sciences* (CHIBBER, 2004) em que é analisada brevemente a história das interpretações acerca do Imperialismo. Chibber delinea a grande ruptura que marca o debate no período da Guerra Fria, em que as análises estruturais desaparecem e o termo imperialismo passa a ser utilizado como adjetivo condenatório de práticas autoritárias ou tidas como violentas de um lado da polarização pelos seus inimigos – ou pelos países mais fracos em relação às ações dos mais fortes. Deste modo, o que era, por todos os lados do espectro político, tido como um fenômeno profundo com causas estruturais e efeitos complexos é simplificado a tal ponto que sua discussão perde todo o significado, ficando por muito tempo renegada quando o conceito imperialismo foi esvaziado de conteúdo e substituído de modo muito reducionista por seu adjetivo: imperialista.<sup>6</sup>

Segundo o próprio Chibber, são poucos os intelectuais dos dias de hoje que percebem essas diferenças, sendo que a maioria destes coloca as práticas estadunidenses como imperialistas, mas não identificam causas estruturais e complexas, preferindo apresentar suas motivações de maneira muito simplista, como fossem um problema psicopatológico de um bando de gângsteres que tomou conta da máquina estatal estadunidense na gestão de George Walker Bush<sup>7</sup>. Desta maneira, esses autores apresentam o aumento da violência e do unilateralismo dos Estados Unidos e entendem bem como se evolui do normativismo<sup>8</sup> à

---

<sup>6</sup> A substituição de conceitos por adjetivos, como nos lembra o Professor de filosofia Sílvia Rosa, raramente é inocente e livre de implicações. Por muitas vezes, essa questão aparentemente típica de lingüistas tidos como desocupados e excessivamente puristas, traz consigo o véu das ideologias, tomando por concretas antigas promessas não-cumpridas contidas nos conceitos. Esse problema, que é também dos filósofos, é de fundamental importância para a reflexão sobre questões aqui presentes. Mais um convite ao leitor que quiser especular conosco sobre as decorrências das formas lingüísticas em que as palavras se apresentam no plano discursivo dos autores aqui lembrados.

<sup>7</sup> Hipótese que não afastamos em absoluto, mas à qual gostaríamos de contrapor outras motivações. Inclusive, para estender um pouco mais a alegoria, entendemos importante discutir as sortes de interesses desses gângsteres que lhes compõem o cálculo de ação. Vale pensar acerca da natureza dos interesses privados e estatais, e da maneira como ambos se correlacionam. Aos psicólogos, aos adeptos das teorias da conspiração, aos cientistas políticos ou a quaisquer outros interessados mais um convite à especulação. Tem sido comum a abordagem da problemática da construção incessante de inimigos no seio da sociedade estadunidense, e na utilidade da “indústria do medo e do pânico” para a consolidação de níveis internos de solidariedade, especialmente após os acontecimentos de 2001. Parece um bom rumo para futuras pesquisas. Insistimos que deve haver muita coisa por trás desse “novo imperialismo”. Não apostaremos em uma única explicação.

<sup>8</sup> Que permanece de maneira importante no relacionamento dos Estados Unidos com a Europa. De fato, o normativismo parece uma boa e “civilizada” maneira de agir internacionalmente entre os povos “iguais” do “primeiro mundo”. Para a periferia, outro tipo de conduta se faz latente aos detentores do poder de padronizar as

contenção que caracteriza o período da Guerra Fria. E – Ainda seguindo Chibber – estes autores também dão conta de explicar como, posteriormente, o caráter civilizador volta a dar a tônica das relações internacionais, sobretudo quando consideradas as intervenções no Oriente Médio. O que raramente aparece nessas análises é o caráter *estrutural* dessa problemática buscando recuperar elementos analíticos dos estudos sobre o imperialismo clássico e o colonialismo de um modo geral, e as discussões da funcionalidade da periferia e das peculiaridades do trato dos países mais poderosos com os mais explorados, que constituem elementos fundamentais para o entendimento dos problemas aqui levantados.

Nos furtaremos, por princípio, a análises etimológicas ou históricas, não obstante concordemos que tais estudos pudessem nos trazer pontos importantes. Optamos por tomar um rumo diferente que se furta desse tipo de reflexão, em que nos apoiaremos, por exemplo, nas discussões do Professor Eduardo Mariutti acerca da evolução histórica do conceito imperialismo, presentes na sua dissertação de doutoramento, que versa também sobre as relações centro-periferia, retomando, inclusive, o debate clássico dos intérpretes do imperialismo britânico, que nos interessa diretamente. (MARIUTTI, 2003)

Aqui, temos que buscar entender como o Estado e o Capital se relacionam em suas formas contemporâneas. Pois que o foco elementar deste trabalho é entender a articulação entre essas duas esferas da realidade, que, há séculos são atores fundamentais para a composição da organização social humana.<sup>9</sup> Assim, assumimos aqui a idéia de que o imperialismo acontece enquanto fenômeno histórico relevante quando a lógica estatal e a lógica econômica convergem de tal sorte que uma confluência de interesses possibilita e é possibilitada pela materialização de práticas de imposição de padrões que positivem a realização desses interesses.

Assim, a lógica dos Estados, que é uma lógica de poder, eminentemente territorial, orientada para o controle de recursos econômicos – de natureza inicialmente geográfica – e das pessoas subordinadas a este Estado; e a lógica econômica, que é motivada obviamente

---

relações internacionais como melhor lhes aprouver, ou, melhor dizendo, como o jogo de forças entre os fortes assim o determinar.

<sup>9</sup> Pelo menos desde a formação dos Estados-nação modernos e o concomitante estabelecimento do sistema capitalista de produção. Se tomarmos a economia e a política, as riquezas e o poder de um modo menos específico que esse, de enfoque essencialmente moderno, podemos estender a relação por outras formas de produção. Evitemos complicações. Deixamo-las para outro momento. Ciente de nossa consciência de implicações decorrentes dessa periodização, contamos com a boa vontade do leitor.

pelos ímpetus acumulacionistas dos portadores de capital e pelas leis imanentes do sistema capitalista; juntam-se e dão cabo de uma lógica mista: a lógica imperialista.<sup>10</sup>

Em outros termos, temos aqui por imperialismo o processo de junção de duas esferas distintas da realidade histórica em busca de autonomização – mas que jamais conseguem se constituir de maneira independente – que conjunturalmente podem agir em consonância de modo que os interesses de Estado se confundam com os interesses da classe dominante – ou, como é mais correto, aos interesses de uma determinada fração desta classe. Pois que mesmo que esses interesses sejam radicalmente distintos, podem encontrar momentos de uma identidade conjuntural que viabiliza essas práticas imperialistas sem, contudo, resolver as contradições inevitáveis a esses processos, contradições essas assentadas justamente na natureza distinta dos interesses que compõem essa coalizão.<sup>11</sup>

Deste modo, definimos a forma organizacional deste trabalho de modo a compreender em que base se ergueu o debate clássico, marcando suas tensões ideológicas e semelhanças analíticas, em especial a consideração dos elementos estruturais (Item Um) tentando reconstruir brevemente as interpretações liberais e marxistas nas figuras de Hobson e Angell; Hilferding, Lênin, Kautsky e Rosa Luxemburgo.

No Item Dois discutimos a conjuntura elementar da Guerra Fria, suas polarizações Leste-Oeste e Norte-Sul; as interpretações progressistas da história (as etapas do desenvolvimento, de Rostow, e a sucessão dos modos de produção, pelos marxistas oficiais soviéticos); a simplificação do termo imperialismo e a sua transformação num adjetivo demonizante e reducionista equalizável a totalitarismos de quaisquer espécies (os “liberais” acusam a URSS, os “marxistas” acusam os EUA). Ainda neste item, analisamos brevemente o curto período em que as teses liberais do “fim da História e do último homem” marcaram o debate após a queda do Muro de Berlim e a sobrevivência nos bastidores dos neoconservadores, que servem como antagonistas dos autores analisados no Item Três, que será o palco da apresentação do debate contemporâneo, mostrando as diferenças das análises

---

<sup>10</sup> Quando concebemos este trabalho, ainda em sua fase de projeto, optamos por escolher de maneira talvez excessivamente privilegiada, o enfoque da constituição do Imperialismo como a conjunção de interesses do Estado e do Capital. Reconhecemos que a luta de classes, imprescindível para o entendimento das questões aqui levantadas, aparentemente perdeu importância em nosso estudo, o que não era nossa intenção. Esperamos que, ao final da leitura, aquele que por ventura nos acompanhar no desenvolvimento de nossas idéias não entenda que fosse nosso objetivo relegar ao segundo plano o papel das classes no desenvolvimento conflituoso da história, ou a naturalização das relações sociais, do Estado e do Capital. Reconhecemos a lacuna na ausência de um enfoque maior nas questões de classe, e esperamos que se entenda o espírito do nosso texto. Sobretudo na parte final esperamos em que fiquem mais claras nossas opiniões sobre a não-inevitabilidade das atuais formas de organização social.

<sup>11</sup> Mantendo, inclusive, o trocadilho.

conjunturais que predominam, no embalo dos discursos oficiais dos presidentes americanos, e as exceções que retomam a estrutura de modo fundamental, e resgatam as heranças do debate clássico, ignorando propositalmente os neoconservadores que constituem o núcleo duro das políticas de Estado, mantendo o espírito do trabalho de reconstruir o debate crítico, e não – o que seria deveras interessante, mas seriam outros trabalhos – analisar o embate de *nation/Empire building* que caracteriza os intelectuais no poder.<sup>12</sup> Trataremos aqui dos trabalhos de Michael Mann, Noam Chomsky e David Harvey. Notamos, particularmente nos textos de Harvey a retomada do que Chibber classifica como “as duas almas de Hobson” (CHIBBER, op. cit. pág. 2), que seriam justamente a capacidade de combinar elementos da política e da economia, da superfície e da estrutura, das mais cruas formas de violência e dos mais intrincados mecanismos que as provocam.

Por fim, apresentamos um final ao trabalho, apontando, por outro lado as linhas gerais em que podem ser desdobradas as pesquisas futuras, numa espécie de conclusão em que as incertezas são mais importantes que as afirmativas.

## ***ITEM UM – O DEBATE CLÁSSICO***

### ***Os liberais***

No plano do Liberalismo, as práticas imperiais foram comumente interpretadas, em sua fase clássica, como uma deficiência de aprofundamento das instituições políticas e econômicas liberais.<sup>13</sup> Segundo esta concepção, práticas protecionistas e salariais, por exemplo, distorceriam o mercado, impedindo-o de atingir níveis de autonomização e eficiência – tidos quase como sinônimos – que somente seriam possíveis com o estabelecimento concreto de regras de concorrência livres de interferências exógenas, das quais o Estado seria das mais perniciosas. Assim, a carência de “amadurecimento” das instituições liberais e a necessidade “natural” de expansão geográfica desta “zona liberal”, se apresentavam como uma real oportunidade de concorrência para que os principais capitalistas satisfizessem suas necessidades de superacumulação, impossíveis num sistema econômico

---

<sup>12</sup> A análise das teses desses autores umbilicalmente ligados à formação do Império seria assaz interessantíssima, e muito importante, visto o enorme poder de que dispõem. Optamos por focalizar um pouco a discussão, ficando a intenção manifesta de voltar a essa problemática em outros trabalhos em que o tema seja ainda mais oportuno. Tem sido comum a proposição de “novos novos novos realismos” (sic), ou “novos novos novos idealismos” (sic), o que quer que signifiquem.

<sup>13</sup> Aliás está longe de ser incomum a prática liberal de creditar à falta de liberalismo quaisquer problemas do mundo.

acirrado e desenvolvido como o que a eles se apresentava em suas áreas de origem. Em outros termos, a circunscrição do capitalismo/liberalismo a poucas regiões do globo, sobretudo na Europa e na América do Norte, em contraste com as demais áreas, em que um suposto subdesenvolvimento imperava, pressionava os capitalistas a expandirem seus negócios de modo a “colonizar” novos espaços e novos povos.

Deste modo, o projeto de expansão capitalista/liberal encontrou sua expressão cultural numa suposta necessidade de universalizar os avanços do Iluminismo europeu, como fosse este, na formulação da época, o “fardo do homem branco” e um bem para os povos colonizados.<sup>14</sup> Complementando-se a este processo de aculturação, estava embutida uma lógica diversa, calcada na certeza de que essa expansão satisfaria necessidades de acumulação dos próprios capitalistas. Se entendermos os extraordinários lucros da expansão colonial e o estabelecimento de padrões de comércio extremamente vantajosos para as metrópoles e seu posterior “desenvolvimento”, entendemos que este “fardo”, com efeito, não foi, como se queria fazer supor, tão pesado de se carregar, mas muito pelo contrário. O fardo mesmo era obviamente o do colonizado. A ideologia foi, assim, concebida utilitariamente como justificativa moral para a violência dos processos de expansão da fronteira de oportunidades para os capitalistas e para a sede de acumulação de poder e de territórios dos Estados – Impérios. Pois num “Império onde o sol nunca se põe” é de se esperar que as oportunidades econômicas sejam as mais diversas, e os capitalistas mais próximos do poder central, os mais beneficiados com os padrões monopolistas e a previsibilidade dos contratos, sem mencionar as óbvias vantagens da naturalização da propriedade privada.<sup>15</sup>

Noutros termos, para os liberais que atentaram para o Imperialismo neste período “clássico” – dos quais estamos destacando John Hobson – o processo imperialista seria uma situação atípica da concorrência capitalista, sendo que, completada a expansão da zona liberal até os limites geográficos do planeta, e aprofundadas ao limite suas instituições, essas distorções seriam dissipadas dentro da lógica da concorrência perfeita do capitalismo regido pelos princípios liberais. Isto porque, primeiramente, o Mercado, desde que pautado em regras da livre-concorrência nos moldes smithianos, modelado pela “mão invisível” e sem interferências de ordem extra mercadológicas, sobretudo a estatal, seria, por si mesmo, capaz de impedir o estabelecimento de relações imperialistas, e a igualdade liberal constituir-se-ia

---

<sup>14</sup> Dando seguimento a uma idéia muito antiga – embora sempre reapresentada como novidade – de uma suposta benevolência dos Impérios.

<sup>15</sup> Esse ponto voltará na seção referente à Rosa Luxemburgo que entendeu de maneira muito lúcida a necessidade da expansão eterna do sistema capitalista.

na máxima expressão não somente das relações econômicas, mas do Humanismo em sua mais perfeita forma. Como em toda Teoria Liberal coerente, a de Hobson postulava que satisfeitas estas condições de funcionamento do mercado, o Indivíduo poderia, enfim, exercer sua Liberdade e desenvolver suas faculdades de forma plena.

A esse fator individualista deve-se somar o papel da Democracia como alicerce e mola propulsora da Paz – a partir da percepção comum aos liberais de que dois estados democráticos não recorrem à violência para solucionar seus conflitos entre si – e de que uma Opinião Pública desenvolvida seria capaz de expressar a verdade, a confluência de valores e posições políticas e de refrear impulsos irracionais seja na economia seja na política – e, obviamente, na guerra. Estas são alguns dos pilares fundamentais dos trabalhos dos liberais da época, respeitando a herança do Pensamento Político e Econômico Liberal.<sup>16</sup>

### ***John Hobson – análises “estruturais” sobre o imperialismo***

John Atkinson Hobson é, sem sombra de dúvidas, uma das mais importantes referências nos estudos acerca do Imperialismo, a ponto de o próprio Lênin – não sem antes fazer suas ressalvas quanto ao ponto de vista inteiramente “social-reformista, burguês e pacifista” do autor, e, portanto, colocar-se num espectro diametralmente oposto ao dele – louvá-lo por escrever “uma descrição excelente e detalhada das principais características econômicas e políticas do imperialismo” (LÊNIN, pág. 15), alçando *Imperialism: a study* (HOBSON, 1961) ao posto de “a principal obra inglesa sobre o imperialismo”, dedicando-lhe “toda a atenção que, em minha [de Lênin] opinião, tal obra merece” (LÊNIN, op. cit., pág. 7), o que, convenhamos, não é pouco importante.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> São comuns as análises que estabelecem a raiz do pensamento de Hobson nos pais do liberalismo. Dos trabalhos de Locke e, sobretudo, Kant, muitos poderiam ser citados como exemplos disso. Frisamos a importância de *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, do primeiro (LOCKE, 1983) e *Paz Perpétua*, do segundo (KANT, 1995). Ressalvas ao que se entende pelo pensamento de Kant. Como novamente nos lembra o Professor Sílvio, o pensamento de Kant não é tão “água com açúcar” como apresentam muitos kantistas. Confundi-lo com o pensamento idealista simples cujo intuito máximo seria estabelecer um mundo perfeito e harmonioso é um grande equívoco. Não se deve tomar, portanto, o pensamento de Kant pelo dos kantistas, que apresentam o sistema de Kant de modo profundamente mitigado.

<sup>17</sup> Ressaltamos que possivelmente, em partes, essa “atenção especial” pela obra de Hobson se deve à sua obsessão em ridicularizar Kautsky, que é o tempo todo rebaixado como um teórico menor, que deu passos atrás ao apresentar como novidades o que o liberal Hobson já discutira muito antes. De fato, Lênin parece se ocupar muito mais em denegrir Kautsky do que em perceber os pontos críticos levantados tanto por ele quanto por Hobson acerca da diferença elementar entre o imperialismo e o capitalismo, sendo que se aceita essas proposições, o imperialismo não é, como Lênin afirma, uma mera fase necessária do desenvolvimento capitalista, mas um momento essencialmente particular. Voltaremos a esses pontos quando oportuno, ressaltando que talvez a luta política tenha deixado passar críticas importantes para os desdobramentos da luta anticapitalista, sendo motivo de nossa especial atenção.

Neste momento de nossa discussão, em que Hobson aparece justamente como o precursor do debate “clássico” cabe-nos ressaltar, dentre inumeráveis outros caminhos possíveis de se estudar o autor, exatamente a dualidade de seu pensamento, que será de importância crucial quando mapearmos o debate contemporâneo.

Trata-se do que Vivek Chibber entende por “as duas almas de Hobson” (CHIBBER, op. cit. págs. 2 e segs.). Pois de fato, Hobson não intentava uma análise fenomenológica geral do imperialismo (MARIUTTI, op. cit. pág. 175), uma vez que estava mais preocupado com os problemas sociais internos da Grã-Bretanha, e na composição do imperialismo com esses problemas. Mas acabou por traçar elementos importantes quando verificou as forças que impulsionavam a expansão imperialista, sob dois referenciais distintos – as duas “almas” – e em relação contínua: a economia e a política. Assim, a principal herança de Hobson para os trabalhos subsequentes acerca do imperialismo, que deveria ter sido explorada de maneira mais cuidadosa, é a capacidade de lidar com duas naturezas distintas determinando os processos imperialistas. Pois que, desde a formação das sociedades, a economia – entendida como a transformação e consumo dos recursos naturais – e a política – como estabelecimento de relações de poder das mais diversas – não podem funcionar independentemente uma da outra.

Desta maneira, desde a formação do sistema capitalista de produção, as relações capitalistas e o Estado-nação são componentes necessários da realidade social humana. Natural, portanto, não é, como por vezes aparecem, o Capitalismo, e o Estado. “Natural” é que, uma vez que esses estejam presentes na sociedade, ambos se correlacionem. Se essa relação vai ser harmoniosa ou conflitiva, dependerá de inúmeros outros fatores, mas pressupor uma separação de tal modo a conceber o mercado atuando sem a presença do Estado é um erro que mesmo os liberais por vezes evitam – ao menos no plano das ressalvas retóricas.<sup>18</sup>

Por um lado, a teoria do subconsumo de Hobson – que poderia ser mais bem sintetizada como o descompasso entre o investimento capitalista excessivo e o baixo poder de consumo dos assalariados, do qual decorreria a redução progressiva das taxas de remuneração do capital, e que exigem, portanto sua internacionalização – dá uma dimensão econômica às motivações imperialistas, em sua estrutura elementar, buscando contradições profundas típicas do método histórico marxista, e, portanto, paradoxalmente antiliberal, de maneira que não aparece, assim, o imperialismo, como mera agressividade política, ou como militarismo

---

<sup>18</sup> Do mesmo modo que o Estado nesse sistema depende do Mercado. Sendo dois pilares elementares da sociedade como ela tem se organizado, a sustentação de ambas é condição necessária para a outra. É de se supor que a luta anti-sistêmica deve observar essa mesma relação, atuando, *pelo menos*, nessas duas frentes.

despropositado, sendo, antes, um desdobramento lógico – ainda que desnecessário – das contradições existentes nos processos econômicos internos das nações mais desenvolvidas.

Por outro, difere da maioria dos autores, que se limitou a essas determinações econômicas. Para ele, a política era fundamental para o entendimento das relações imperialistas. Mas partilhando de um erro comum aos economistas que se vêem como analistas políticos, ainda que reconhecesse a importância da esfera especificamente política, não conseguiu articulá-la de fato com a econômica, que sempre recebeu maior destaque<sup>19</sup>.

Hobson, por seu turno, conseguiu – ao sobrepor o interesse dos financistas enquanto grupo de pressão parasita que acaba por conseguir manipular o Estado e colocá-lo no papel de promotor de seus interesses particulares<sup>20</sup> – combinar um outro tipo de jogo, tão importante quanto o primeiro, entre as determinações elementares do processo imperialista, deixando deste modo em evidência, ainda que não formulasse nesses termos, a necessidade de entender as relações entre o Capital e o Estado, e a intermediação das diversas frações de classes que compõem o espectro político e o jogo de interesses particularistas no topo das preocupações dos estudiosos dos fenômenos imperialistas, adiantando questões que atualmente se recolocam de forma muito semelhante em sua estrutura, ainda que sob outras formas.<sup>21</sup>

Destarte, mesmo no plano dos liberais, as teorias clássicas mais importantes sobre o imperialismo sempre levavam em conta pontos estruturais ligados à dinâmica econômica e à possibilidade de um determinado grupo de interesses manipular a opinião pública e conseguir fazer do Estado um aparelho de hegemonia, diferentemente das análises atuais que não conseguem apreender tal articulação.<sup>22</sup>

Desse modo, Hobson aparece como um crítico profundo do imperialismo britânico. Essas críticas decorrem de, em seu entender, este se constituir em um cálculo utilitário desvantajoso (HOBSON, op. cit. cap. 2), sendo que são muitos custos para poucos benefícios,

---

<sup>19</sup> Como o próprio Lênin, por exemplo nas páginas 9 e 15 (LÊNIN, op. cit.)

<sup>20</sup> Lênin também chega a afirmar categoricamente o parasitismo da classe financeira, mas não consegue articular as duas lógicas de maneira suficientemente complexa, de maneira que o Estado aparece como mero executor dos interesses destes.

<sup>21</sup> Quando discutirmos os rumos atuais do debate voltaremos a essa questão, de suma importância para as análises sobre o imperialismo.

<sup>22</sup> Do ponto de vista esquerdista, chegam a denunciar a belicosidade dos Estados Unidos e a unilateralidade de suas políticas, mas acabam por deixar de lado as análises econômicas estruturais que assentam o imperialismo nas contradições capitalistas e na necessidade de exportação de capitais por meio de práticas imperialistas, sendo que um fenômeno com causas estruturais aparece como mera agressividade. Já no plano (neo) liberal, as dimensões individualistas e a opinião pública há muito saíram do centro das análises, que se limitam às discussões de modelos matemáticos e questões meramente mercadológicas. Levando-se em conta o conteúdo das discussões, é difícil saber qual dos dois polos perdeu mais substância e capacidade reflexiva com tais “atualizações”.

além de ser uma óbvia fonte de conflitos internacionais desnecessários. Por outro lado, Hobson critica o imperialismo belicoso por ser este, como decorrência das suas formulações mais básicas, uma degeneração do nacionalismo.<sup>23</sup>

Assim, para ele, quando a expansão do império é acompanhada da ampliação de escopo e de intensidade dos direitos de cidadania britânica – casos unicamente possíveis nas colônias australianas e canadenses (*white colonies*) em que existe coesão de valores e idéias por parte dos colonos com a metrópole, e os assimilados o são de bom grado – o imperialismo é bom. Mas como quase nunca o é, torna-se um fenômeno nefasto nos moldes em que se apresenta (ibid., págs. 28 e segs.).

Deste modo, Hobson entende que o Imperialismo, por seu caráter internacionalista poderia ser um modo de emancipação da humanidade, conforme escreveram, por exemplo, Vico, Maquiavel, Dante e Kant (cf: ibid., pág. 30), pois não há antagonismo essencial entre nacionalismo e imperialismo quando este é tomado como a exportação de bons ideais<sup>24</sup>. Assim, Hobson coloca-se como crítico inequívoco do imperialismo agressivo, que impede o estabelecimento de padrões de livre-comércio e a circulação de bons ideais, mas não descarta o caráter emancipatório do controle das colônias, pois o colonialismo é necessário para o desenvolvimento dessas. Ou, em outros termos, correntes na época de Hobson, aos quais já recorreremos e gostaríamos de frisar, o colonialismo seria o “fardo do homem branco”, pois, para ele, esse controle das colônias permitiria que os nativos, incapazes por si mesmos, conseguissem desenvolver-se e quiçá, quando suas relações capitalistas estiverem suficientemente maduras e seu liberalismo plenamente constituído, pudessem alcançar patamares de desenvolvimento semelhantes aos das nações mais avançadas, pois o progresso poderia lhes retirar as barreiras inerentes ao seu raquitismo e libertar as forças capitalistas presentes na natureza humana.

---

<sup>23</sup> Hobson está longe de ser um antinacionalista, mas muito pelo contrário. Bom liberal que é, aposta que o nacionalismo pode ser, em tese, um sentimento até nobre, mas que, quando apropriado de maneira indevida, deve ser combatido pelos homens de boa fé.

<sup>24</sup> Neste ponto o imperialismo da transição do século XIX para o XX se assemelha ao da transição do XX para o XXI no que tange a exportação do modo de vida metropolitano, de seus padrões de troca e de sua ideologia. Talvez esses sejam, mesmo, os traços comuns e talvez os mais importantes de todos os impérios. Todavia, se entre os clássicos a discussão se dava na ampliação dos direitos de cidadania, atualmente somente se discute a democracia liberal em seus termos mais vazios. Se, felizmente, o conceito de raça saiu do centro da argumentação, o evolucionismo permanece, e o *american way of life* simboliza a ideologia desse novo período histórico, assim como os valores liberais britânicos simbolizaram o que o precedeu. Mais uma vez o esvaziamento dos conteúdos e das discussões dão uma mostra de que as lutas sociais carecem de maior força, e de que o neoliberalismo e a obsessão pelo Estado mínimo visam a supressão de quaisquer direitos, contrariamente a seu véu ideológico. Como diria um pensador de outrora, em uma de suas frases mais apropriada como lugar-comum: “A história se repete, primeiro como tragédia e depois como farsa”.

O que Hobson não aponta nessa epopéia capitalista embrionária, mas podemos apreender de sua obra, é que se tratam de dois modelos de dominação divergentes. Se por um lado, o imperialismo colonialista agressivo é capaz de “solucionar” – a seu entender de maneira equivocada e ineficaz – os problemas sociais internos da Grã-Bretanha, o estabelecimento de padrões de comércio vantajosos para a Inglaterra, poderia reconstruir a Hegemonia por meio do imperialismo das idéias, “solucionando” os problemas socioeconômicos de maneira muito mais eficiente.<sup>25</sup> Assim, Hobson pode entender as doutrinas de rivalidade de nacionalismos concorrentes como equívocos de uma ideologia de interesse nacional – surgida na Alemanha – qual seja a *real-politik*, que para ele contamina a esfera pública e impede que se percebam as desvantagens do imperialismo para os cidadãos da metrópole.

Seu ponto de partida para essa análise é o suposto não cumprimento das promessas da democracia liberal acerca da distribuição mais equânime de renda (MARIUTTI, op. cit., pág. 176). Destarte, a solução seria a expansão e o aprofundamento das instituições liberais que freariam os impulsos imperialistas por elas mesmas, sendo que dessa maneira, a exportação de capitais em busca de melhores taxas de remuneração – devido à escassez destes em zonas não-liberais e pré-capitalistas – necessita de segurança para os investimentos, sobretudo na área das finanças. Contudo, o imperialismo não aparece como única solução, mas como uma doutrina assentada na manipulação da opinião pública, e especialmente, de mercadores, militares e grupos nacionalistas das mais variadas espécies que aparecem por suas vezes como marionetes dos interesses dos financistas<sup>26</sup>.

Desta feita, para Hobson, o imperialismo não tem determinação *capitalista*, e nem tampouco existe vínculo orgânico entre o Estado e o Capital (ibid., pág. 178), pois, ainda que tenha determinação *econômica*, surge de uma situação social anômala em que os interesses

---

<sup>25</sup> Tomamos a atenção do leitor para o antagonismo entre a Hegemonia e o Império, a ser desenvolvido posteriormente. Essa dicotomia, sobretudo entre os “intelectuais” com poder, é freqüente e ganha importância cada vez maior conforme aumenta a capacidade de destruição dos Estados. Avançando um pouco a pauta de nosso artigo: Rosa Luxemburgo explora esse ponto no que tange o conceito de mais-valia ampliada, que foge ao esquema marxista e atesta a exploração em padrões de relacionamento aparentemente pacíficos. Este ponto voltará a ser discutido quando oportuno.

<sup>26</sup> E, com efeito, as relações internacionais das últimas décadas demonstram que é possível se estabelecer padrões seguros sem recorrer ao militarismo, ainda que o retorno deste ao núcleo das políticas da grande potência demonstre, do mesmo modo, que este é, provavelmente, preferível e talvez necessário em alguns momentos, pois a hegemonia não prescinde do consentimento, nem tampouco da força. O modo como o imperialismo se organiza positivamente, ou seja, como se dá a *prática* imperialista, pode, desta maneira, variar numa imensa gama de alternativas, com maiores ou menores graus de violência, de acordo com questões conjunturais. Há quem busque estabelecer relações cíclicas entre essas fases com duração mais ou menos predeterminada. Nos furtaremos em abordá-las. Ficamos com duas hipóteses. Ou a violência é normal e necessária; ou ela serve como um meio de assegurar a ordem em última instância. Essa é a clivagem entre os modelos imperialistas e os hegemônicos, que são os panos de fundo desse estudo.

específicos são mascarados de interesses gerais, sendo logicamente possível modificar o capitalismo e cumprir a sua promessa de maneira alternativa à revolução dos oprimidos. Assim, sua solução reformista seria a de aumentar o salário do operário britânico, de maneira a conter seu ímpeto reivindicativo e revolucionário e, ao mesmo tempo, garantir a remuneração do capital britânico, sendo necessário para isso somente conter os impulsos agressivos e a sede de superacumulação dos parasitas detentores do capital financeiro<sup>27</sup>, de modo que as taxas de remuneração na metrópole fossem tão ou mais vantajosas que no exterior.<sup>28</sup>

Um último ponto que carece de análise no pensamento de Hobson sob as luzes do debate atual acerca do supostamente novo imperialismo, é uma afirmação comentada por Lênin (LENIN, op. cit., pág. 91) que particularizaria a época analisada por eles das anteriores, pois

o novo imperialismo distingue-se do antigo, em primeiro lugar, porque substitui as tendências de um único Império em expansão pela teoria e prática de impérios rivais cada um dos quais orientando-se por idênticas aspirações no sentido da expansão política e do lucro comercial; em segundo lugar porque acentua a preponderância dos interesses financeiros, ou respeitantes aos investimentos de capitais, em relação aos interesses comerciais.<sup>29</sup>

Até aqui, temos que o imperialismo atual se caracteriza pelo protagonismo exclusivo dos Estados Unidos. Entretanto, fica o questionamento, feito por muitos estudiosos contemporâneos, seja no campo da economia, ou do poder internacional, se essa situação poderá se sustentar por muito tempo, ou se é necessário ao equilíbrio internacional a ascensão de novas potências que rivalizem com a estadunidense. Esse parece, em nosso entender, um ponto sobre o qual não é frutífero, por ora, o estabelecimento de proposições.

---

<sup>27</sup> Voltando à tona uma clivagem arcaica entre o bom rico e o mau rico.

<sup>28</sup> Os estados de bem-estar social no centro, e os populistas na periferia talvez possam ser expressões dessa idéia de Hobson, ainda que um eventual defensor desse efetivamente grade pensador, escaldado por todas as críticas hoje disponíveis, provavelmente relutasse em aceitar essa ponderação.

<sup>29</sup> O uso dessa expressão – novo imperialismo – em 1902, reforça os argumentos de que essas discussões acerca de um supostamente novo imperialismo carecem de atenção especial, seja para particularizá-la, em relação às formas imperialistas que a precederam, seja para colocar em xeque as teses segundo as quais o imperialismo seria uma etapa do processo histórico capitalista, seja em seu início ou fim. Pois que a Hegemonia Britânica seria “nova” em relação a Roma, e o imperialismo estadunidense “novo” em relação ao da coroa inglesa, etc.. Acreditamos ser possível encontrar elementos de aproximação dos tipos de imperialismo na articulação de interesses econômicos e políticos, de agentes privados privilegiados e do poder centralizado. Como sabido, a utilização de um poder público para a apropriação privada de uma parcela da riqueza pública é prática comum desde, pelo menos, o que Marx ironicamente define como a assim chamada acumulação primitiva. A permanência ou a recorrência esporádica a esse padrão de acumulação é tema que muito nos interessa. Só para enfatizar mais uma vez, assumimos, nesse artigo, uma perspectiva antideterminista, sem procurar apontar ou observar caminhos “necessários”; em quaisquer direções.

### *Norman Angell e o cosmopolitismo do pensamento liberal*

Norman Angell escreveu *A Grande Ilusão* em 1910. Grande sucesso editorial da época (MARIUTTI, op. cit., pág. 180), acabou relegado a um plano menos importante dos debates sobre o imperialismo<sup>30</sup>. Qual nos escritos de Hobson, esta obra tem como intuito contestar as políticas britânicas da época, também excessivamente belicosas e contraproducentes no entender desse autor.

Em relação a Hobson, a principal referência do debate acerca do imperialismo no período de início do século XX, Angell é mais cosmopolita e mais “filósofo”, sofrendo influências do pensamento liberal individualista, como, por exemplo, de Kant<sup>31</sup> (ANGELL, 2002, pág. 224 e pág. 234). Recuperando – com mais ênfase que os trabalhos liberais da época costumavam fazê-lo – o plano dos valores e o individualismo, tenta pensar a Sociedade **contra** o Estado sob a perspectiva da guerra, entendendo o progresso como a luta da Humanidade contra a natureza, tomando como ponto de referência sempre o indivíduo.

Assim, aparece, na obra de Angell, com mais clareza, as desvantagens da dominação direta e belicosa em relação ao império das idéias, e na imposição de padrões de comportamento e modo de vida.<sup>32</sup> Seu evolucionismo mira a liberdade dos homens rumo à completa integração orgânica (ibid., pág. 223) e demonstra inequivocamente os efeitos da formação do capitalismo enquanto alteração radical na vida material e no exercício do poder, substituindo o uso concreto da força – que é circunscrito ao papel de polícia (ou seja, adequar transgressores à norma vigente de modo desinteressado) – pelo uso abstrato da racionalidade

---

<sup>30</sup> Sua importância contemporânea é reconhecida – ainda que pouco estudada de fato – nas discussões atuais sobre as Teorias das Relações Internacionais, em cuja historiografia Angell aparece como um dos precursores do “idealismo”.

<sup>31</sup> Embora Angell também incorra no erro de interpretação acerca da obra de Kant, apresentando-o de forma mitigada, conforme comentado em nota anterior.

<sup>32</sup> Com efeito, esse é o período em que se estabelecem as bases do modo de produção capitalista, tanto na Europa, e, sobretudo na Inglaterra, como em grande parte do globo. Ou, para nos atermos mais às relações, esta é a época em que os capitalistas subordinam, por meio da própria implementação do sistema capitalista, as mais variadas regiões sob sua lógica, de acordo com os níveis de desenvolvimento conveniente a esses capitalistas. Essa onda de internacionalização – palavra na moda nos dias atuais para expressar movimentos antigos, e em certo sentido parte de discussões antecipadas por Angell em quase um século – se dá na montagem de um amplo sistema de relações comerciais e econômicas de um modo geral. Mas não são essas as únicas esferas afetadas pela consolidação de um sistema colonial que visa a concentração de riquezas nas áreas mais desenvolvidas. Uma ampla gama de costumes, padrões de organização social e de consumo, valores, idéias, contratos, enfim, todo um modo de vida, são igualmente impostos nesse período em grande medida por meio da violência. Essas características são asseguradas pelas práticas imperialistas. Assim, o imperialismo aparece como movimento extremamente importante para a maneira como os homens organizam o mundo para a reprodução da vida e da sociedade, ou seja, nos termos de Marx, o modo de produção, no caso, capitalista, que não se limita somente às relações econômicas, como entendem alguns autodeclarados marxistas. Esse movimento não é compreendido por Angell, como se percebe em nossa breve apresentação de suas teses elementares, sendo que esse autor separa a violência da sociedade, relegando-a a ímpetos contrários às forças do “progresso”.

enquanto modo de manter a ordem social por meio do aumento da eficiência (ibid., pág. 218). Para ele, o desenvolvimento capitalista, portanto, caminha para a completa instauração da racionalidade econômica que coloca o capital no centro das relações sociais (ibid., cap. 5, parte 2), ou seja, como nexos elementares do modo de produção da vida em ampliação e desenvolvimento rumo a um mundo cada vez mais harmônico e pacífico.

Se, por um lado, essa “capitalização” acaba por massificar os indivíduos a ponto de ser possível igualar um militar a um administrador, sendo que a forma da racionalidade desses processos sociais, assim, como todos os demais, passa a ser regida pela lógica da maximização econômica, o desenvolvimento das condições materiais de vida – simbolizadas pela imprensa, pela pólvora, pelo vapor, pela eletricidade e pelos meios de comunicação – enquanto técnicas de produção e de circulação das idéias – acaba por alterar radicalmente a relação entre valores e vida material e abolir a escravidão dos homens tomados em sua coletividade (ibid., pág. 223).<sup>33</sup>

Sob esse prisma, a guerra não é melhor forma de desenvolver a economia, sendo essa crença uma “grande ilusão” gerada pela permanência de valores pré-modernos (pré-capitalistas) – e daí a analogia do título da obra de Angell. Aqui é importante ressaltar seu suposto de que a natureza do Homem – remontando a Aristóteles (ibid., cap. 3 da parte 2) é política, no sentido de ser mutável pela interação social, sendo possível, assim, o intelectual

---

<sup>33</sup> Essa é uma maneira interessante e curiosa de entender a relação entre o modo de produção e as ações humanas. Nos é impossível deixar de lembrar novamente de Marx, definindo o modo de produção. Com efeito, grosso modo, esse seria a “maneira como os homens se organizam para a reprodução da vida”. Trata, portanto, de um elo de ligação entre a vida material e a consciência dos homens, que constitui, com efeito, um passo importante para o entendimento das idéias de Marx enquanto tentativa de superação da tensão entre o idealismo e o materialismo. Pois que, como lembra o Professor Fernando Novais, o modo de produção, enquanto critério de periodização da história, tem como grande vantagem para o historiador, apresentar um nexo entre as esferas da realidade que organiza a ação dos homens. Isso Marx aponta, ainda que de maneira insuficientemente explícita – sendo objeto de profundas divergências no campo marxista – quando define o modo de produção capitalista em torno da racionalidade econômica, sendo o Capital o elo fundamental dessa organização, assim como Deus o fora no período precedente. Se o pensamento feudal, seja dos padres, dos nobres, ou dos camponeses, era essencialmente organizado pela religião, o pensamento dos militares, dos administradores, dos operários, e de “todo mundo” num sistema capitalista, é organizado em torno das relações do Capital, que é o nexo entre todas as esferas da existência nesse sistema. A racionalidade acumulacionista capitalista, de acordo com esse entendimento, massifica toda a sociedade em torno da esfera econômica, eliminando a possibilidade da existência de indivíduos, ainda que não elimine a possibilidade da ação dos homens. Deste modo, existe espaço para a mudança pela ação humana, mas somente por meio de classes sociais. Retomando outra passagem controversa do pensamento de Marx e seguindo a comparação entre o modo de produção feudal e o capitalista o capital é, nesse sistema capitalista, o novo ópio do povo, substituindo a religião. Com efeito, ainda nos dias de hoje, nem todo o mundo está tomado por essa racionalidade econômica predominante característica do modo de produção capitalista. A tensão entre um mundo organizado em torno da religião e a expansão do modo de produção capitalista está na ordem do dia, sobretudo nas questões relativas ao Oriente Médio e ao Islamismo de um modo mais geral. Há mesmo que se entender como esse “Islã total” de um califado *à la* Bin Laden se relaciona com o “Capital total” “ocidental”. Reflexões e estudos acerca dessa tensão podem esclarecer pontos importantes das relações internacionais nos últimos e nos próximos séculos. Infelizmente não cabem nesse projeto.

fugir do “silêncio universal” a que ficaria relegado caso assumisse a imutabilidade das relações sociais (ibid., pág. 285).<sup>34</sup>

Desta maneira passa a ser possível logicamente a paz pelas idéias positivadas (id., pág.225), combinando o idealismo com o positivismo de modo a elucidar novamente o caráter emancipatório do pensamento liberal radical, por meio do estabelecimento de padrões de conduta assentados na produtividade e no aumento da eficiência (econômica).

Assim como Weber (WEBER, 2004) atesta no tipo específico de trabalho e nos padrões de comportamento a afinidade eletiva entre a “ética protestante” e o “espírito do capitalismo”, Angell contempla a ética econômica capitalista em relação à paz, na medida em que essa outra racionalidade molda os caracteres dos homens colocando no primeiro plano da vida dessas pessoas o racionalismo utilitário econômico e a orientação para resultados, convencendo-os de que a guerra é um desperdício.

Desse modo, a transformação da realidade necessita de outros padrões de conduta, pacíficos, capazes de manter o comércio e o crédito como instituições em pleno funcionamento para diminuir custos gerais e promover o bem-estar coletivo.

Seu suposto, entretanto, é que a autarquia – controle direto de todos os recursos – diferentemente de épocas passadas, não é mais necessária num momento em que o mercado mundial cria uma interdependência que leva, se seguida a racionalidade esperada, à cooperação, na medida em que essa racionalização das idéias acaba por expandir os padrões de troca ditados pelas potências. Deste modo, quando faz uma verdadeira exaltação à Roma, Angell deixa mais uma vez latente seu britanismo de modo a defender de forma mais ou menos velada a imposição de outro modo de dominação (ibid., pág. 225) como uma alternativa segura para investimentos.

O último ponto a ser discutido aqui é o entendimento de que, para ele, seguindo escola mui antiga, a Modernidade é caracterizada pela pluralidade das identidades, aumentando a complexidade das relações humanas de tal sorte a propiciar logicamente a criação de uma transnacionalidade assentada em múltiplas lealdades que, em tese, poderiam ser conformadas à identidade de um cidadão kantiano universal, que jamais seria beneficiado pela guerra. Deste modo, no que tange ao imperialismo, os movimentos emancipacionistas são mostras

---

<sup>34</sup> Novamente devemos atentar para um erro de interpretação de nossos autores. Se existe equívoco quanto às interpretações acerca da obra de Kant, também acontece fato semelhante em relação ao pensamento de Aristóteles. Se assumirmos, como o faz Angell, que o que Aristóteles aponta como o caráter político do homem é o fato de sua mutabilidade, devemos entender como incoerente o sistema aristotélico que define a história como cíclica. Segundo outras interpretações, a natureza do homem, para Aristóteles, seria “moldável”, e não “mutável”. Em todo o caso, apontar em Aristóteles a base para uma mudança essencial da sociedade e dos homens é bastante estranho.

inequívocas da necessidade de distribuição de liberdade política e, principalmente, econômica de modo a estabelecer o futuro da humanidade nos termos britânicos, uma vez que aos outros países somente caberia copiar o modelo desenvolvimentista britânico e aprender com os desastres imperiais da Espanha, de Portugal e da França.

### ***Os marxistas***

Diferentemente das interpretações liberais apresentadas, no outro campo do debate, o marxista, o Imperialismo não foi entendido como anormalidade acarretada pela carência de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, mas, do contrário, constituía, para retomarmos sua obra clássica: na “fase superior do capitalismo”, ou seja, explicar-se-ia como decorrência “natural” e “lógica” do aprofundamento das relações capitalistas de produção. Deste modo, para Lênin, antagonicamente a Hobson, a própria evolução e o aprofundamento das relações capitalistas de produção levariam ao desenvolvimento dos processos imperialistas de acumulação, refletindo em relações Estado-Capital próprias deste estágio, que seria o último antes do advento de um processo revolucionário que poria fim às desgraças deste nefasto modo de produção, instaurando a sociedade socialista, pré-comunista, finalizando o ciclo iniciado com as revoluções burguesas e dando início a uma nova era, denominada por Marx de a “verdadeira história humana” na qual a Humanidade poderia atingir sua plenitude e as faculdades dos indivíduos poderiam, finalmente, desenvolver-se plenamente.<sup>35</sup>

### ***Rudolf Hilferding – o Capital Financeiro como matriz dos estudos marxistas sobre o Imperialismo***

Rudolf Hilferding é um dos pioneiros nos estudos marxistas sobre o imperialismo. Sua grande ambição é o desenvolvimento das teses de Marx e a atualização dos esquemas por ele formulados, sobretudo no que tange ao Capital Financeiro, embrionário quando da escrita de *O Capital*, mas que já se mostrava desenvolvido na transição do século XIX para o século XX, período em que Hilferding escreve suas principais obras, e quando se formulam as principais teorias acerca do imperialismo capitalista.

---

<sup>35</sup> Sendo que as fases anteriores ao comunismo – e, evidentemente, inclusive o capitalismo, contrastando frontalmente com os liberais tão afeitos aos progressos desse modo de produção – seriam ainda etapas “pré-históricas”.

Hilferding tem grande importância quando da análise dos processos de concentração e centralização do capital, que constituem o cerne da formação do capital financeiro, e que, quando tomados em sua profundidade, acabam por negar os supostos da anarquia das decisões microeconômicas e da harmonia de interesses – bases do pensamento liberal – ao atestar a subordinação das diversas frações da burguesia e do capital a sua forma especificamente financeira, que se autonomiza, atingindo o “controle social da produção” (HILFERDING, 1985, pág. 343) e se expandindo de forma aparentemente ilimitada. Isso porque o capital financeiro acaba por englobar o capital industrial subordinando-o. Mas, mais do que isso, altera *radicalmente* o modo como se concebe a acumulação, que passa a se focar nesse plano financeiro, *em certo sentido* prescindindo, *à primeira vista*, da produção. Não que a supere, pois o limite desse tipo de capital – o financeiro – é justamente a taxa de lucro do tomador do empréstimo. Destarte, o capital financeiro é composto pelo industrial na medida em que do ponto de vista do tomador do empréstimo, o burguês industrial, as relações de trabalho continuam sendo imprescindíveis. Mas *para o capitalista detentor do capital financeiro*, essas pouco importam. O fato é que pela primeira vez se percebem as vantagens do rentismo com relação à aparente escapada dos riscos do “salto mortal da mercadoria” e das relações diretas com os proletários. E as marcas incontestes da funcionalidade desse tipo específico de capital para a *economia* (como um todo), abriu precedentes para um amplo desenvolvimento do *sistema capitalista* (como um todo), atingindo os níveis atuais em que o mercado de derivativos é tão maior que o mercado de produtos.

Desdobrando sua análise, Hilferding aponta que a grande tendência desse processo de hegemonia do capital financeiro é *a internacionalização, que se transforma em Imperialismo*, na medida em que assume políticas agressivas por parte das empresas e dos Estados, dando materialidade ainda maior às contradições inscritas no funcionamento do modo de produção capitalista e tornando o Capital o grande “sujeito” do processo histórico, relegando os homens a meros fatores de produção enquanto força de trabalho.

O projeto revolucionário de Hilferding, portanto, consiste em desfazer o falso dilema que se apresentava ao proletariado: livre-mercado ou protecionismo<sup>36</sup>. Para ele, como para os marxistas de um modo geral, a solução seria transgredir esse binômio e construir uma alternativa socialista, por meio de uma práxis revolucionária que, ao lutar contra o imperialismo em suas mais variadas formas, funcionaria como um guia para as

---

<sup>36</sup> Este mesmo falso dilema sobrevive em nossos dias, hoje se apresentando praticamente sob a mesma forma (naturalizada, ideológica), que afirma o limite desse espectro como inevitável e qualquer alternativa como “utópica”.

“reivindicações atuais” (ibid., pág. 343), de modo que o socialismo não mais seria apenas um modelo abstrato a ser alcançado, como supunham os utópicos com que Marx já debatera.<sup>37</sup>

O capital financeiro, entretanto, embora o mais “evoluído” e com maior potencial de opressão, abre, por outro lado, contraditoriamente – como não poderia deixar de ser – uma maior possibilidade de ascensão do socialismo na medida em que apazigua a anarquia das decisões econômicas e a concentra de modo que

tão logo o capital financeiro tenha colocado sob seu controle os ramos mais importantes da produção, basta que a sociedade se aproprie do capital financeiro por meio de seu órgão consciente de execução, o Estado, conquistado pelo proletariado, para dispor imediatamente dos ramos de produção mais importantes. (ibid., pág. 343).

Assim, a consciência de seu poder da classe operária torna o processo revolucionário irresistível (ibid., nota da pág. 344) e sua vitória cada vez mais próxima<sup>38</sup>. Esse excesso de otimismo, que é tomado, em partes de alguns textos de caráter mais panfletário que analítico do próprio Marx, é visível em vários outros teóricos marxistas, imediatamente ocupados com os projetos revolucionários a ponto de deixar com que esse objetivo imediato deturpasse suas análises teóricas, confundindo desejo com condição inevitável.

### ***Vladimir Illich Lênin – quando o marxismo se viu mais próximo da revolução mundial***

Lênin é, sem dúvida, um dos mais importantes líderes comunistas dessa passagem do século XIX para o XX. Provavelmente o mais importante. Principal liderança do partido bolchevique, e da maior vitória revolucionária dos comunistas, vê-se em meio à necessidade da execução de um programa revolucionário – “para não perder o bonde da história” – que realizasse os ideais do movimento operário e de seus intelectuais, num Estado semifeudal, com todas as implicações, dificuldades e limitações decorrentes deste fato<sup>39</sup>. É deveras impossível e infrutífera a separação entre o papel de líder revolucionário do papel de teórico. Com efeito, não é fácil identificar o que alguém envolvido diretamente na ação política realmente acredita daquilo que acaba por pregar e escrever por objetivos pragmáticos

---

<sup>37</sup> Eis outra questão importante para a esquerda contemporânea. Com as alterações profundas nas relações de trabalho, é difícil conceber a revolução libertária somente como uma revolução proletária, sendo que as mais importantes alternativas consistem em restabelecer um discurso e um projeto praxiológico anticapitalista – mais que socialista ou comunista. Voltamos a este ponto no momento apropriado, na etapa conclusiva do texto.

<sup>38</sup> E não poderíamos deixar de ressaltar a importância dessa conclusão para o processo revolucionário russo em 1917. São várias as contribuições de Hilferding para Lênin e inúmeros e explícitos elogios deste àquele. Não queremos insinuar que o fracasso do projeto comunista soviético se deva a essa concepção deveras otimista com relação ao controle do Estado. Nem o contrário.

<sup>39</sup> Gramsci problematiza com profundidade essas dificuldades e oportunidades. Gostaríamos de aprofundar esse debate noutras ocasiões.

legítimos. Por questões táticas ou estratégicas, levando em consideração a necessidade de estabelecer um discurso favorável a sua causa, por vezes, o excesso de otimismo acaba por dar o tom nas análises de tal sorte que doses aconselháveis de realismo acabam por se ausentar dos textos. Não obstante, deve-se ressaltar a extrema dificuldade com que se ocupam tais papéis. E, mais ainda, que entre um rigor teórico supostamente mais capaz de aproximar as análises da realidade e a motivação das massas encontra-se um dilema crucial, em que o segundo problema por vezes pode aparecer como solução do primeiro. A diferença elementar é na ocupação desse pensador, que, no caso, também se delega o papel de agente histórico. Quando a importância maior é dada à revolução, no calor dos acontecimentos e das mobilizações de tomada de poder, como efetivamente era o momento vivido por Lênin, deve-se entender as suas razões em se envolver nesse, *a posteriori* compreendido, “excesso de otimismo”. A tomada do poder sempre acaba por trazer decorrências mais importantes que a publicação de qualquer livro. Ao menos nos pensadores mais interessantes. Seus erros são menores em relação aos seus feitos. No aparentemente confortável papel em que nos encontramos, entretanto, cabe-nos ressaltar as “imperfeições” das obras escritas para dar continuidade ao espírito daqueles que a conceberam e em grande medida realizaram.

No que tange indiretamente essa questão, gostaríamos de apontar outras características que decorrem do tipo de análise de Lênin. A primeira delas é o etapismo<sup>40</sup> – já presente no título de sua principal obra para os intuítos deste trabalho: *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. (LÊNIN, op. cit.) Sua visão linear da história, que contaminaria posteriormente de modo muito mais problemático os historiadores soviéticos<sup>41</sup>, parte, contudo, da crítica do discurso burguês – qual Marx – e dos supostos segregacionistas proletários<sup>42</sup>. Seu ponto de partida é econômico, e sua principal base de sustentação empírica é a Guerra de 1914-1918, que, segundo ele, teria sido uma guerra imperialista em seus mais precisos termos.

Lênin ressalta com especial veemência as práticas imperialistas da pilhagem e da partilha do mundo, sem deixar de enfatizar o caráter classista da exploração e a hegemonia do capital financeiro<sup>43</sup>, bem como a manutenção de um padrão de circulação de bens favorável à

---

<sup>40</sup> Há quem defenda que Lênin não era etapista. A princípio não é o que nos parece. Outros estudos são necessários para prosseguirmos nesse debate. Assumimos o entendimento que nos pareceu correto por ora.

<sup>41</sup> Tema ao qual voltaremos em item posterior.

<sup>42</sup> Com uma atenção especial a Karl Kautsky, o qual adjetiva, dentre outras coisas de “ex-marxista” e “social-chauvinista” e “marxista em prestações”. Voltaremos a essa questão.

<sup>43</sup> Com efeito, em certas passagens, como, para ficar em apenas dois exemplos nas páginas 13 e 46 (LÊNIN, op. cit.), Lênin faz ressalvas em relação a obra de Hilferding, e chega mesmo a colocá-lo entre os partidários de seu tão odiado Kautsky. Contudo, não deixa jamais de reconhecer a importância e o caráter *marxista* dos trabalhos

burguesia dos países imperialistas, pois sob o desenvolvimento aparentemente pacífico e universalmente benéfico do comércio mundial e da civilização democrática burguesa se esconde (?) a violência e a exploração desse processo opressor, que tenta se vender como “civilizador”.<sup>44</sup>

Entretanto, as contradições sistêmicas são de tal modo latentes, que as crises, as guerras inter imperialistas<sup>45</sup> e a revolução proletária – e sua vitória definitiva – tornam-se inexoráveis, sucedendo-se temporalmente de maneira igualmente inevitável e unívoca.

Isso porque, para Lênin, o sistema internacional segue exatamente a lógica capitalista de concentração e centralização descrita por Hilferding, cabendo ao “poder” o mesmo papel do capital financeiro nas análises precedentes, de modo que poucos Estados usurpadores acabam detendo privilégios gigantescos em termos de superlucro às custas da exploração de um número muito maior de países, que compõem, analogamente, o proletariado mundial, cujas elites acabam cooptadas a agirem em prol do enriquecimento das elites dos países usurários. Contudo, concorda com Hilferding no que tange ao caráter controlador e autônomo do capital financeiro, em especial representado pelos bancos, que *comandam* o processo de reprodução social iludindo os próprios capitalistas que se vêem enquanto os senhores de tal mecanismo, e montando, nesta mesma esteira, as bases para a aproximação de um tempo em que se socializaria plenamente a produção, agindo nesse mesmo sentido para o aumento da pressão revolucionária das classes oprimidas. Toma igualmente como suposto a queda das taxas de remuneração devido ao maior desenvolvimento das relações capitalistas em um Estado, que impele à internacionalização do capital e aos investimentos de longo prazo, visando aumentar a acumulação e minimizar as inevitáveis crises, que acabam por reforçar esses processos que as desencadeiam. Em outros termos, atesta que os processos da livre concorrência tendem inevitavelmente ao monopólio<sup>46</sup>.

Deste modo, ainda que se entenda suas razões programáticas revolucionárias, não podemos deixar de notar as falhas desse etapismo que fica latente quando tomamos as

de Hilferding, que é, sem dúvidas, sua maior referência no que concerne ao entendimento do capital financeiro, ainda que aponte as falhas e incompletudes de sua obra.

<sup>44</sup> Do que não divergem muito os ideólogos do “Eixo do Bem” que justificam o militarismo estadunidense dos dias atuais, que fazem a promoção da democracia formal “pró-ocidental” e da suposta “modernização” com bombas, invasões e forcas.

<sup>45</sup> Intestinas, retomando um conceito da época da dissolução do feudalismo passível de analogias com a fase descrita por Lênin, e, talvez, até mesmo para a contemporaneidade.

<sup>46</sup> Página 17: “(...)se pode ver que a concentração, atingindo um certo grau o seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, **permita-se a expressão, diretamente** ao monopólio”. (ibid.) Grifos nossos. Essa questão será retomada em seguida, quando retomarmos sumariamente o debate com Karl Kautsky e as implicações das interpretações deste para o entendimento das relações internacionais contemporâneas.

supostas fases da história dos monopólios<sup>47</sup> e seu caráter excessivamente esquemático, quando descreve as práticas monopolistas<sup>48</sup>, bem como as fragilidades em nos assentarmos, passado um longo período histórico dos escritos e das ações de Lênin, para explicar a história ou entender os processos em que nos encontramos atualmente. Devemos estar sempre atentos aos argumentos dos grandes autores, mas, mais ainda, devemos reinterpretar o mundo e manter o objetivo essencial de efetivamente modificar o modo como o mundo se organiza, sendo, para isso, fundamental confrontar as idéias de ontem e de hoje com os fatos históricos que nos precederam.

Entretanto, se a questão dos monopólios de Estado é especialmente precisa quando tomado o caso alemão, em que a fusão de interesses e capitais das empresas, dos bancos e do Estado são mais sólidos, criando uma verdadeira impossibilidade de conciliar o monopólio com a livre-concorrência, esse mesmo esquema apresenta problemas graves quando se tenta universalizá-lo.

Destarte, as depressões – e as guerras – tornam-se inevitáveis e, do ponto de vista do capital, extremamente desejáveis, e até necessárias, executando uma espécie de darwinismo econômico que culmina com uma ainda maior concentração e centralização do capital – impossíveis em condições “normais” de concorrência – e garantindo a permanência e o aprofundamento das condições de acumulação e de altas taxas de lucro dos capitais mais fortes, bem como a hegemonia da fração de classe burguesa ligada ao capital financeiro e a direta hegemonia dos Estados financeiramente poderosos.

Desse modo, o “antigo capitalismo”, em que a exportação de mercadorias dava a tônica da acumulação capitalista, dá lugar a um “novo capitalismo”, ou, em suas palavras, a uma fase de “Imperialismo”, em que a exportação de capitais é o carro-chefe do processo econômico, pois o desenvolvimento diferenciado provoca a criação de excedentes como reflexo necessário das relações capitalistas, determinando, de modo igualmente automático, os fluxos de capitais – como antes de mercadorias – para os países menos desenvolvidos, onde

---

<sup>47</sup> “a) anos 1860-1880: ponto culminante do desenvolvimento da livre-concorrência. Os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis; b) após a crise de 1873: período de grande desenvolvimento dos cartéis; no entanto, eles ainda aparecem a título excepcional. Carecem ainda de estabilidade. Têm ainda um caráter transitório; c) expansão do fim do século XIX e crise de 1900-1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo.” (ibid., pág. 22)”.  
<sup>48</sup> “a) privação das matérias-primas; b) provação da mão-de-obra por meio de ‘alianças’; c) privação dos meios de transporte; d) encerramento de mercados; e) acordos com os compradores pelos quais estes se comprometem a manter relações apenas com os cartéis; f) baixa sistemática dos preços; g) privação dos créditos; h) boicote” (ibid., pág. 25)

esse é escasso e, portanto, encontra maiores taxas de remuneração, conseguindo, deste modo, aumentar os lucros dos capitalistas dos países mais desenvolvidos.

Assim, resumindo, *Lênin contrapõe-se a Hobson*, ao afirmar o amadurecimento do capitalismo no centro – e não sua carência na periferia – como fonte da exportação de capitais e, conseqüentemente, de imperialismo.

Entretanto, embora afirme essas linhas gerais de semelhanças, não deixa de ressaltar que são vários os tipos de imperialismo – como o colonialismo inglês e o imperialismo usurário francês, em que os empréstimos constituem o principal processo de acumulação – entendendo que, por mais diversas que sejam as práticas, o caráter espoliativo do imperialismo, que garante a reprodução da estrutura de classes, e a estratificação dos Estados no plano internacional, são o ponto elementar a ser compreendido.

Deste modo, da mundialização do capital financeiro, que estende suas redes por todos os lugares buscando as melhores taxas de remuneração, decorre a partilha “natural” do mundo entre os grupos capitalistas organizados sob o controle do capital financeiro ordenado por cartéis, sindicatos, trustes e correlatos, que depois de dividir o mercado interno de seus países de origem, partem para a divisão acordada do resto do globo, com o apoio da imprensa, que incute legitimidade por meio do exercício do sentimento de patriotismo que mascara a essência da luta que permanecerá, sob as mais diversas formas, em seu conteúdo imutavelmente antagônico enquanto existirem classes.<sup>49</sup>

O ponto de vista estatal segue a mesma lógica dos capitalistas e a partilha do mundo entre as grandes potências se dá igualmente para proteger suas taxas de acumulação, numa fusão de interesses praticamente perfeita, sendo o protecionismo das condições econômicas sociais e políticas dos países mais desenvolvidos, e em outros termos, o Imperialismo, uma solução para evitar a guerra civil, provocando a estratificação do mundo em colônias, semicolônias e metrópoles.

Neste momento, devemos nos ater ao fato de que, apesar de marcar a especificidade do período capitalista no domínio de grupos monopolistas, a análise de Lênin passa, evidentemente, pelo reconhecimento da existência de imperialismos pré-capitalistas. Neste caso, deve-se notar que, embora lhe falte clareza e dedicação a esse tema, Lenin acaba por enunciar corretamente um ponto importante, qual seja: a afirmação de que a diplomacia age

---

<sup>49</sup> “Se os capitalistas partilham o mundo, tal sucede não em virtude de sua particular maldade, mas porque o grau de concentração já atingido os obriga a comprometerem-se nesta via a fim de obterem lucros; e partilham-no ‘proporcionalmente aos capitais’, ‘segundo as forças de cada um’, porque, em regime de produção mercantil e de capitalismo, **não poderia existir qualquer outro modo de partilha.**” (ibid., pág. 74). Grifo nosso.

sinergicamente em direção à exploração das populações locais do ponto de vista econômico, destruindo os modos autóctones de organização social e incorporando essas áreas no sistema capitalista de produção da maneira que melhor convier ao capital.<sup>50</sup>

Contudo, este processo de formação do imperialismo não está livre, para Lênin, de contradições, sendo que tanto o conflito quanto a cooperação assumem seu papel de destaque na organização das relações imperialistas<sup>51</sup>. Em síntese:

o imperialismo surgiu como desenvolvimento e seqüência direta das propriedades essenciais do capitalismo em geral. Simplesmente, o capitalismo só se transformou no imperialismo num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando certas características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se nos seus contrários, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior. O que, sob o ponto de vista econômico, existe de essencial neste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.

E prossegue:

a livre concorrência constitui o traço essencial do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é exatamente o contrário da livre concorrência; mas nós vimos esta última converter-se, sob os nossos olhos, em monopólio, criando nela a grande produção, eliminando dela a pequena, substituindo a grande por uma ainda maior, levando a concentração da produção e do capital a um ponto tal que fez e faz surgir os monopólios: os cartéis, os sindicatos patronais, os trustes, e fundindo-se com eles, os capitais de uma dezena de bancos que reúnem bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios não eliminam a livre concorrência de que nasceram: eles existem acima e ao lado dela, implicando assim contradições, fricções, conflitos particularmente agudos e violentos. O monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior (ibid., pág. 87)

Por fim, antes de se alongar no profundo interesse de desconcertar as posições de Kautsky e seus simpatizantes, Lênin apresenta novamente de modo esquemático o que considera os caracteres fundamentais do processo imperialista, quais sejam:

concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; b) fusão do capital bancário e do capital industrial e criação, com base neles, do “capital financeiro”, de uma oligarquia financeira; c) diferentemente da exportação de mercadorias,

<sup>50</sup> Este ponto é retomado, sob outras formas, por Rosa Luxemburgo, que comentaremos logo em seguida.

<sup>51</sup> Esse ponto da perfeição da conciliação dos interesses entre determinadas frações monopolistas do capital com o Estado parece ser um ponto a ser discutido às luzes da contemporaneidade. Do mesmo modo, a ambivalência de elementos de cooperação e concorrência, de “harmonia de interesses” e de conflitos, carece de melhor atenção. Faremos uma problematização nesse sentido quando do debate com Kautsky, neste mesmo item, e voltaremos quando discutirmos as questões do supostamente “Novo” Imperialismo.

a exportação de capitais assume uma importância muito particular; d) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; e) termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas (LÊNIN, op.cit., pág. 88)

Entretanto, para ele, esses processos monopolistas, que decorrem automaticamente das próprias contradições capitalistas, acabam por apresentar uma inevitável tendência à estagnação e à decomposição, uma vez que, do ponto de vista empresarial, os preços de monopólio desestimulam o progresso técnico, e do ponto de vista estatal o monopólio de posse de colônias atua no mesmo sentido. Eis, novamente, analítica e historicamente, abertas as possibilidades revolucionárias nas quais se engajou o partido bolchevique liderado por Lênin.

### ***O renegado Karl Kautsky e sua contribuição para o debate atual sobre o imperialismo***

Karl Kautsky, companheiro de Lênin na II Internacional, foi, posteriormente, acusado por ele de traição e adesão à “ideologia dos pequeno-burgueses”, sendo taxado dentre outras coisas de “social-chauvinista” e “totalmente compromissado com a burguesia”. Para Lênin, “semelhantes concepções de Kautsky e seus congêneres traduzem o renegar total dos fundamentos revolucionários do marxismo, que aquele autor defendeu durante dezenas de anos” (ibid., pág.12) Deste modo, o líder do partido bolchevique acaba atacando de forma extremamente violenta seu ex-parceiro de luta, condenando os seus supostos pacifismo e democratismo.

Entretanto, cabe refletir se, com efeito, as críticas de Kautsky não têm, e mesmo se não tinham, já na sua época, elementos importantes que acabam passando ao largo da práxis de Lênin. Isso porque, o grande ponto desta era, como já explicitado, a construção de um programa revolucionário que levasse o proletariado ao poder, dando cabo do projeto socialista em desenvolvimento. Portanto, é legítimo o seu medo da cisão no movimento proletário, que chega mesmo a lembrar as polêmicas de Marx contra Bakunin na I Internacional. De fato, ambas as críticas, as de Kautsky como de as Bakunin, tinham o potencial de, ao atestar a não-inevitabilidade da vitória proletária – ao menos num universo razoável de tempo – desmotivá-los quanto à adesão ao projeto socialista, uma vez que supostamente “dissimulam as contradições do imperialismo e o caráter inevitável da crise revolucionária que ele engendra” (LÊNIN, op. cit., pág. 13).

Esse fato não deve ser descartado de antemão. Nem deve, no espírito revolucionário, ser motivo para a condenação aos seus defensores, cujas posições devem ser entendidas em

seu contexto, uma vez que, politicamente, era importantíssima a defesa da tese segundo a qual “o imperialismo é o prelúdio da revolução social do proletariado. Após 1917, isto ficou confirmado à escala mundial” (ibid., pág.14). Mas também temos que, imbuídos do espírito crítico radical que é núcleo de todo o bom pensamento de esquerda, atentarmo-nos para as críticas tanto ou mais que para os projetos. Pode haver na negação bem mais que o segregacionismo programático, a traição e o chauvinismo.

Desta maneira, passada a revolução Soviética, as duas Guerras Mundiais – Imperialistas – e a Guerra Fria, com a derrocada do modelo soviético e a ascensão de um “novo Imperialismo”, percebemos que talvez haja algo entre os elementos apontados por Kautsky que estejam corretos. O fato da não-ocorrência da revolução proletária mundial não pode ser desprezado. Com efeito, as relações internacionais das décadas posteriores à morte de Lênin, se assemelham em muitos pontos com problemáticas levantadas pelo “ex-marxista” Kautsky.

Lênin errou quanto à inevitabilidade da revolução mundial – ao menos até o presente momento. E, em especial, errou quanto ao encadeamento para ele inexorável dos fatos ao longo do tempo. Para além da polêmica e do falso dilema entre o líder do partido e o intelectual, podemos, nos dias atuais, recuperar elementos de ambos os autores que nos ajudem a entender as relações internacionais contemporâneas, e em especial a transição do século XX para o XXI, e os primeiros anos deste.

Um ponto importante do argumento de Lênin, aliás tomado de Marx, e dos desenvolvimentos de Hilferding, é a tendência inevitável ao monopólio<sup>52</sup>. Talvez esse erro ocorra exatamente por falta de expressão mais apropriada, uma vez que somente tempos depois é que vai surgir uma palavra que expressa de maneira mais precisa esses processos, permitindo o desdobramento dos estudos nesse sentido, pois ainda que perceba as dimensões de cooperação e conflito, Lênin não compreende em essência a dinâmica fundamental desse processo, que permite, inclusive, o entendimento das teses de Kautsky que julga tão absurdas. Afora o determinismo, a substituição da palavra monopólio por sua expressão correta, que é **oligopólio**, poderia levar a análise para direções completamente diferentes, mais frutíferas, aliás, na linha do que argumenta intuitivamente Kautsky. Explicamos.

O fato é que esta relação – dialética – que Lênin chega a apontar, sobretudo de forma mais clara em sua supracitada síntese, entre concorrência e cooperação, diante da constatação

---

<sup>52</sup> Enfatizando ponto já colocado quando discutimos os argumentos de Lênin: “(...) se pode ver que a concentração, atingindo um certo grau o seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, **permita-se a expressão, diretamente** ao monopólio”. (LENIN, pág. 17) Grifos nossos.

de que cartéis e trustes não dissolvem a concorrência, mas a modificam, e a tendência ao monopólio é, na realidade, uma tendência ao oligopólio. Poderia entender que não existe, com efeito, uma  *fusão*  de interesses entre um Estado capitalista e seu respectivo bloco de capitais, ao menos não de forma determinada pela lógica imanente dos processos capitalistas.

Que o capital e o Estado têm uma relação genética de sinergia, é inegável. Entretanto, isso não quer dizer que necessariamente a classe dominante, mesmo sob um sistema capitalista, necessite, em todos os momentos, do seu Estado originário para acumular mais capital. Com efeito, ainda que a existência de um sistema de Estados seja indispensável para a garantia das condições capitalistas de acumulação, a burguesia se vale exatamente das diferenças entre eles para aumentar seu lucro. Dito de outra maneira, é possível que, em determinados momentos, as lógicas do Estado nacional e do Capital – que surge em bases essencialmente nacionais – entrem em conflito, e a harmonia entre eles seja desfeita. De fato, a possibilidade de oligopólios, permite que a transnacionalidade e o cosmopolitismo das elites, idéias que, com outros conceitos, já podemos identificar nos escritos de Marx, ganhem materialidade.

De fato, quando Marx coloca o Estado como o executor do papel de administrador dos negócios  *comuns*  de toda a burguesia (MARX, 1996) está evidenciado que Estado e burguesia não têm uma correspondência imediata de interesses. Pois aqui se encontra um elemento fundamental para o entendimento das relações internacionais. Nem todos os negócios da burguesia são geridos pelo Estado, apenas os  **comuns a toda a burguesia** . Por outro lado, deduz-se que existem, logicamente, interesses que são comuns a todos os Estados. Isso deriva de os Estados terem uma determinada lógica que lhes delinea as condutas, assim como a burguesia tem a dela. São, portanto, duas lógicas distintas. Uma é a da maximização dos lucros, e a outra, a maximização do poder. Essas duas lógicas têm regras próprias, mas não são independentes, uma vez que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente. De fato, são intersecções de diferentes níveis da realidade representados por diferentes esferas da existência, que em suas fricções e sobreposições acabam por conformar o todo da sociedade humana. São esferas que surgem juntas, e que, no mais das vezes, por não encontrarem antagonismos, mas, antes, estabelecerem uma relação sinérgica, acabam por sobrepor – mas não fundir – determinados interesses. Sobretudo um interesse é partilhado por eles: a sua relação de subordinação das pessoas. Se o Estado existe subjugando os indivíduos e conferindo-lhes, nos tempos modernos, o estatuto de cidadãos – e, em especial o de eleitores – o Capital existe subjugando os trabalhadores e conferindo-lhes o estatuto de assalariados.

Todavia, devido a particularidades de cada uma dessas três esferas (a estatal, a capitalista e a humana), nem sempre seus interesses apresentam-se equilibrados sob a fórmula Estado mais capital contra os homens. Suas dinâmicas de desenvolvimento e luta acabam por abrir outras formas de conflito, bem como outras formas de sinergia. Com efeito, são múltiplas as possibilidades que surgem nessas fricções, criando um feixe de futuros possíveis.

Este fato, não explicitado por Lênin, permite, de outro modo, que ocorra uma reação sistêmica da relação dialética existente entre a estrutura e os agentes cuja expressão pode diferir muito da cartelização, ainda que essa seja uma forma importante e comum nas configurações capitalistas.

Destarte, a paz pode, sim, como atesta Kautsky, ser *obtida por determinado tempo*, ao qual não cabe determinar se longo ou curto, como se uma trégua entre os agentes, que continuam sob as leis e os princípios de concorrência, deveras imanentes na estrutura social capitalista, mas que, contudo, podem ser amortecidos pela teia de relações possíveis entre os elementos em interação. Pois que, em determinados períodos, a identidade de interesses, que é sempre frágil e sempre possível, acaba por se sobrepor à necessidade de conflito, não obstante isso não solucione as contradições, que sempre agem de modo a levar o sistema ao desequilíbrio. Em outros termos, é como se houvessem duas forças cujos vetores estão em constante reordenamento, muito embora sejam um, naturalmente, voltado ao equilíbrio do sistema – que é a possibilidade de acordos, e correspondência de interesses entre os agentes – e o outro, voltado para a desestabilização – que é expresso na contradição necessária entre esses mesmos elementos. Os oligopólios são justamente esse tipo especial de concorrência e cooperação entre poucos agentes no mundo capitalista. A aparência de harmonia esconde uma disputa normalmente relegada a outro plano por vezes encoberto por essa. Quando os oligopólios adquirem a forma de cartéis, por exemplo, em que os preços são acordados, não é incomum a ferrenha disputa por *market share* em outras arenas, como, também a pesquisa de novas tecnologias, ou formas mais eficientes de logística.

Assim, se existe, de fato, a possibilidade de acordos, numa espécie de cartel dos Estados, ou, o que é mais usual e mais preciso, uma burguesia transnacional que arranja seus interesses nos poros das relações interestatais, a acusação de apologia ao imperialismo levantada por Lênin torna-se uma injustiça contra as importantes contribuições de Kautsky para o entendimento das relações internacionais, pois, nesses termos, o imperialismo não é uma *fase*, mas uma *política* determinada que prefere o capital financeiro como forma de

acumulação e não é, portanto, idêntico ao capitalismo contemporâneo, mas uma de suas manifestações possíveis.

Para Kautsky, “o imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente evoluído. Ele consiste na tendência que tem cada nação capitalista industrial para anexar ou submeter regiões *agrárias* sempre maiores (o itálico é de Kautsky)<sup>53</sup>, quaisquer que sejam os povos que as povoam”. (LÊNIN, op. cit., pág. 90)

A crítica de Lênin é que este comete uma suposta separação entre economia e política, e no fato de que, segundo sua interpretação do que afirma Kautsky, este afirmaria que o capital industrial é o responsável pelas contradições imperialistas. Mas não é exatamente isso que Kautsky afirma nessa passagem. Quando afirma que “o imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente evoluído”, quer dizer que em locais onde o desenvolvimento capitalista atinge suas mais evoluídas formas, que são os países altamente desenvolvidos industrialmente – e que são, portanto, justamente os que conseguem assumir posições vantajosas na organização do capital financeiro, para o qual a industrialização aparece historicamente como suposto – que acabam por desenvolver práticas imperialistas.<sup>54</sup>

Outro ponto importante de Kautsky, é a possibilidade de, se o imperialismo é apenas umas das formas de política, travar uma luta anti-imperialista que não seja um mero reformismo, mas um projeto libertário a seu modo, pois “do ponto de vista puramente econômico, escreve Kautsky, não é impossível que o capitalismo venha a atravessar ainda uma nova fase onde a política dos cartéis seja alargada à política externa, uma fase de ultra imperialismo” (ibid., pág. 92) e, portanto, diante da logicamente possível união de interesses – temporária, e que não elimina, portanto, as contradições imanentes de modos concorrenciais de produção – entre imperialismos de todo o mundo, fase em que os capitalistas não entrariam em guerra, e explorariam em comum todo o globo por meio do capital financeiro, não é uma “ruptura com o marxismo”, como aponta, Lênin. Por outro lado, o estabelecimento de lutas nesses moldes, ainda que represente, antes, uma ruptura com o programa revolucionário capitaneado por Lênin, e seus supostos de iminência e inevitabilidade da revolução proletária, pode trazer novas e frutíferas dimensões à luta. Trata-se, nesta leitura, que a nosso entender acrescenta pontos importantes para a esquerda contemporânea e os problemas por ela enfrentados – que são muito diferentes das relações encontradas por Lênin no início do século

---

<sup>53</sup> E essa ressalva é de Lênin.

<sup>54</sup> Talvez possamos aproveitar o exemplo e aprofundar a análise no sentido a ser explorado logo mais, com relação a zonas não capitalistas terem que ser incorporadas ao sistema capitalista, no mais das vezes de forma violenta.

XX – de restabelecer um movimento libertário que consiga abarcar a complexidade dessa problemática, de solução mais difícil, mas cuja análise se aproxima mais da realidade concreta das relações sociais dos nossos dias.

Assim como Marx escreveu que o socialismo somente se daria nos países de capitalismo avançado, pressupondo, portanto, a industrialização dos mesmos, o que Kautsky escreveu, não apenas “levaria água ao moinho dos apologistas do imperialismo” (pág. 93), como atesta seu principal adversário, mas apontaria para novas direções do movimento libertário mundial.

Lênin contesta:

o capital financeiro e os trustes não enfraquecem, antes reforçam, as disparidades entre o ritmo de desenvolvimento dos diversos componentes da economia mundial. Ora, modificando-se as relações de forças, onde encontrar *em regime capitalista* a solução das contradições se não na força? ” (ibid., pág. 95).

Assim, não consegue abarcar outras maneiras de minimizar as desproporções entre o desenvolvimento produtivo e a acumulação de capitais, por um lado, e a partilha das colônias e das “zonas de influência” do capital financeiro, por outro. Não consegue entender os processos de transnacionalidade e cosmopolitização das elites capitalistas, e o surgimento das SAs, a internacionalização da produção, de concessão e depois retirada de amplos direitos sociais, a abertura dos mercados aos fluxos de capitais de curto prazo, enfim da ascensão do Estado de bem-estar social e sua substituição por um modelo neoliberal que foi o que a História nos mostrou.

A possibilidade de acordos, levantada por Kautsky não pode mais ser negada, e a desregulamentação e o surgimento de blocos regionais mostram que as forças de equilíbrio e desequilíbrio sistêmico continuam em curso, sendo fruto de contradições que, ainda que sob outras formas, se apresentam ao longo do desenvolvimento capitalista.

Kautsky não dá conta de solucionar todos os problemas por ele levantados, mas a sua problemática da multiplicidade de futuros possíveis e seus avanços no que tange aos relacionamentos do Capital com o Estado, ajudam-nos a entender fatos que a teoria de Lênin não suportaria exatamente por ignorar o que hoje parece evidente – e que o respeito à matriz hegeliana de pensamento da qual Marx deriva evitaria: o conflito tanto quanto a cooperação são tendências de forças em perene antagonismo, e as contradições do sistema capitalista continuam em vigência.

### ***Rosa Luxemburgo e a crítica do esquema marxista de acumulação de capital***

Rosa Luxemburgo tem como ponto de partida a exploração do que entende ser uma falha no esquema da acumulação de Marx em suas críticas à economia política clássica e à superação dos limites encontrados por ele nessa crítica. Não é seu objetivo, contudo, abandonar a teoria marxista, preferindo voltar às suas raízes para solucionar as contradições que se apresentaram em seu esquema. Busca no *espírito crítico* inerente ao pensamento marxista a superação para os *esquemas* presentes n' *O Capital*.

Assim, para entender a crise, atenta nas contradições, tomando como fundamental o entendimento dos processos da acumulação de capitais, sobretudo no que tange a reprodução da sociedade. Diferentemente de Marx, busca o estabelecimento de um esquema em que não se contemplem somente capitalista e trabalhadores, mas outras formas de organização que coexistem com o modo capitalista de produção sem, contudo, ser essencialmente conformadas por ele. Concebe, portanto, o sistema capitalista como um “sistema aberto” em que inúmeras formas de organização coexistam a despeito de o capital buscar subordiná-las. Deste modo, Rosa Luxemburgo abre a possibilidade analítica de compreender a funcionalidade da periferia enquanto zona extra capitalista, que, comandada pelo capital pelos padrões de comércio internacional – que é o elo entre as duas zonas – se estabelece subordinadamente, submetida à lógica capitalista. Todavia, embora periférica e aparentemente excluída, essa zona não-especificamente-capitalista ocupa uma função fundamental ao próprio sistema capitalista, sendo fonte permanente de “exército industrial de reserva” e outros recursos, mantendo incessantes as fontes de “energia” num sentido mais amplo.

O ponto de partida para entender a economia desse modo é a exploração das diferenças entre produção e reprodução expressas em Marx. Pois que a “produção capitalista não é produção de objetos de consumo, nem de mercadorias simplesmente, mas uma produção de mais-valia” (LUXEMBURGO, 1985, Vol. I. pág.14) O sistema capitalista é, portanto, a reprodução dessas condições de extração da mais-valia. O *Capital*, portanto, desde Marx, é o *Capital* gerador de mais-valia e de mais *Capital*. Mas o passo decisivo para a crítica do esquema de reprodução ampliada de Marx é a concepção da idéia de capital social total, diante do qual se coloca o problema da *reprodução* do sistema capitalista. O crucial para ela é entender como uma sociedade voltada para a acumulação de mais-valia, e não para a produção, pode repor as suas condições de reprodução – em última instância, mas não somente, de mão-de-obra. Desmentido o mito da harmonia de interesses entre os burgueses e

a tese de Smith segundo a qual a perseguição egoísta dos interesses reproduziria a sociedade, é necessária uma nova explicação para esse problema. Pois é para ela, justamente o papel do Estado a garantia da reprodução desse capital social total, expresso pelo conjunto dos capitalistas<sup>55</sup>. Se essa reprodução não fosse garantida pelo Estado, o sistema não se sustentaria. Em suas palavras,

enquanto pouco importa, do ponto de vista do capitalista individual se a mercadoria que ele produz é uma máquina, açúcar, adubo artificial ou um jornal da intelectualidade livre-pensadora, desde que seu capital retorne, junto com a mais-valia, por outro lado, para o conjunto dos capitalistas, é extremamente importante que seu produto total tenha uma forma determinada de uso, de modo que possa encontrar, nesse produto total, três coisas: meios de produção para a renovação do processo de trabalho, meios simples de consumo pessoal para o sustento da classe trabalhadora e meios de consumo de melhor qualidade e o respectivo luxo para a manutenção do universo de capitalistas propriamente ditos. (LUXEMBURGO, *Ibid*, pág. 41)

Esse ponto apresenta uma dupla problemática. Por um lado, os atores contam com uma muito maior variedade de ferramentas para atenuar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, expandindo para outras áreas em que as taxas de remuneração do capital e as condições de acumulação são mais vantajosas, com um excelente – para eles – efeito colateral ligado à diminuição da pressão dos trabalhadores.<sup>56</sup> Por outro, não as elimina, mas somente posterga seus resultados inexoráveis por um período de tempo maior.

Pois para Rosa Luxemburgo, os sentidos de acumulação e de mais-valia são mais amplos que os de Marx *em seu esquema* – condizendo assim, com o conceito de acumulação que aparece noutros pontos da obra de Marx – uma vez que compreendem a essência espoliativa e classista dessa exploração, minimizando a importância da forma eminentemente econômica, que pode variar de acordo com outras circunstâncias. Desta maneira, confere importância maior a elementos da dominação não exatamente capitalistas.

Deste modo, o “fardo do homem branco” aparece como a “libertação das forças produtivas” que incorporam novas zonas e novos mercados de acumulação, e, portanto, como uma necessidade de aumentar os ímpetus acumulativos da classe burguesa, assimilando ao funcionamento normal do sistema o que Marx definiu como “acumulação primitiva”, que perde seu caráter “original” e aparece de maneira permanente e funcional, sendo, mesmo, uma necessidade sistêmica perene, negando a possibilidade da concorrência e da harmonia

---

<sup>55</sup> Idéia que casa de maneira perfeita com a concepção de Marx no Manifesto segundo a qual o Estado seria o comitê executivo dos negócios comuns a toda a burguesia, que temos reiterado constantemente.

<sup>56</sup> Seguindo *em parte, do ponto de vista revolucionário*, algumas teses que Hobson, do ponto de vista liberal-reformista, enunciara.

coexistirem. Em seus termos: “o esquema de reprodução não pretende e não deve representar a fase inicial, o processo social em seu *status nascendi*, mas deve captá-la em seu fluxo, como elo na ‘infinita cadeia da existência’”, e prossegue, “o trabalho anterior já realizado é sempre o pressuposto do processo social de reprodução, por mais que remontemos ao passado. Assim como o trabalho social não tem fim, também não tem princípio.” (ibid., pág. 46)<sup>57</sup>

Nessa visão, portanto, o imperialismo, diferentemente das visões em que aparece como etapa histórica posterior à fase de acumulação primitiva, e, assim, do estágio superior do capitalismo, acaba por exercer um papel fundamental nessa engrenagem capitalista, qual seja o de acelerar os processos históricos e criar as condições necessárias de incorporação das zonas não capitalistas ao sistema capitalista de produção<sup>58</sup>, sendo justamente a diferença do imperialismo capitalista para os seus predecessores, conforme enuncia Lênin, a destruição dos modos de vida autóctones e a instauração de uma economia que acaba por alterar a organização social como um todo, provocando profundas mudanças estruturais por meio do predatismo das elites capitalistas dos países imperialistas, que se valem de diversionismo e ideologias para demonstrar um caráter aparentemente pacífico e “civilizador” do consumo. O imperialismo capitalista aparece assim como imposição de um modo de vida subordinado ao Capital. Por um lado, desenvolve determinadas forças – e determinadas regiões – que se incorporam ao sistema como capitalistas. No entanto, grande parte desse esforço é dispendido exatamente para que outras forças – e outras regiões – permaneçam subordinadas ao capital sem se desenvolverem a ponto de se tornarem capitalistas. Nesse jogo de tesões entre as zonas capitalistas e as zonas não especificamente capitalistas subordinadas ao sistema capitalista é que se dá a luta imperialista e as formas de resistência e aceitação da mesma.

Contudo, afora as promessas, quando o capital avançou para a periferia, o consumo que se deu nesse processo “civilizador”, em seu caso mais exemplar, foi o de ópio, mote de uma guerra imperialista que demonstra claramente a mentira por trás da consolidação aparentemente pacífica do capitalismo, demonstrando igualmente como os processos de industrialização e o aumento dos investimentos e dos impostos são acompanhados automaticamente por protecionismos das mais variadas espécies, guerras, corrupção, fraudes eleitorais e legislações espúrias. Observa-se ainda que em casos como este tanto o Estado quanto a opinião pública, personificada na imprensa, acabam por agir como instrumentos de

---

<sup>57</sup> Este ponto da teoria de Rosa Luxemburgo é muito bem explorado por David Harvey quando este tenta reformular o conceito de “acumulação primitiva permanente” em “acumulação por espoliação”. Retornaremos a este ponto.

<sup>58</sup> Conforme lembra o Professor Fernando Novais citando Braudel (BRAUDEL, 1979) “sistema capitalista de produção” é bem diferente de “capitalismo”, termo este que jamais aparece ao longo de todo *O Capital*.

interesse do grande capital, organizado enquanto capital financeiro, que – como já definia Hilferding – nada mais é que a configuração dos processos de concentração, centralização e internacionalização deste capital. Estes processos têm como efeito a proletarianização e a capitalização de formas sociais as mais diversas, e o aumento da zona capitalista, que força migrações de pessoas e mudanças espaciais das plantações e modifica ao mesmo tempo a geografia e as relações humanas.

Desta maneira, a espoliação demonstra claramente a relação do Capital *contra* os homens, que são transformados, em todos os lugares, mas de modo mais intenso, na periferia, em escravos assalariados por meio de “métodos pacíficos de concorrência capitalista”, que não passam de diferentes formas de acumulação, e, conseqüentemente de diferentes formas de imperialismo. Assim, as lutas libertárias nacionais passam a ser entendidas como um consentimento das elites imperialistas, que comandam essa emancipação subordinada controlada pelas grandes potências que as representam, ou como vitória efetiva de uma classe libertária, que, contudo, diante da conquista desse importante terreno de luta, não se vê, no entanto, deveras emancipada. Tudo se passa como se o sistema tivesse, em si mesmo, condições de repor as condições de exploração sob as mais variadas formas.

Mas isso, como já se disse, ainda não elimina as contradições e as defasagens espaço-temporais da expansão da zona capitalista. A subordinação aos processos autônomos de acumulação do capital e o “absurdo” da economia circular (LUXEMBURGO, 1985, Vol. II. pág.68), em que aparentemente o dinheiro imperialista é pago com outro dinheiro imperialista esconde mesmo é a realização da mais-valia e a exploração internacional das classes.

O principal exemplo disso, para Rosa Luxemburgo, é a construção e a exploração do Canal de Suez, nas quais, por trás de grandes empreendimentos capitalistas, se mascara a espoliação dos felás. Assim, deste ponto de vista, o aparente desenvolvimento do Egito não passa de abertura de mercado e transformação em capital – e, portanto, de acumulação, e, principalmente, de um praticamente infinito potencial de acumulação – e de subordinação e expropriação de uma forma de economia local para a lógica capitalista.

Assim, Rosa transcende o esquema marxista até então dado como certo e sofre pessoalmente, tal como Kautsky, “fogo-amigo” marxista por romper com a ortodoxia e propor uma “nova” forma de interpretação (ibid., pág. 81), cuja tese define que “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital. ” (ibid., pág. 83), ou seja, a capitalização de áreas não capitalistas e a desmistificação do esquema da “harmonia de

interesses” e da “paz liberal” sem, contudo, marcar a data da revolução ou enunciar o fim próximo da forma capitalista de organização socioeconômica.

Deste modo, Rosa faz a clivagem que separa os dois mundos do capitalismo e o choque violento entre eles:

a acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtores de mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. (ibid., 86)

Mas não é somente de relações especificamente capitalistas que se sustenta o sistema capitalistas:

o outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico. (ibid.)

E essa diferença elementar não pode ser analisada monoliticamente. Enquanto

a teoria liberal-burguesa atenta apenas para um desses aspectos – domínio da ‘concorrência pacífica’ das maravilhas técnicas e do comércio propriamente dito –, classificando o outro aspecto – o terreno da violência ruidosa do capital – como manifestação mais ou menos fortuita da ‘política externa’, dissociada do domínio econômico do capital,

na realidade,

a violência política é apenas o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital. Este não vem à luz apenas ‘gotejando por todos os poros sangue e imundície’, mas vai-se impondo dessa forma, preparando, em meio a convulsões cada vez mais violentas, a própria ruína. (ibid., pág. 86)

Deste modo, o decisivo é entender as relações entre o Estado e o Capital ao mesmo tempo como mais que um mero meio de concentrar capitais dispersos e se constituir em novos terrenos para a acumulação; e mais que um mero “escritório dos negócios comuns de toda a

burguesia”. O decisivo é *entender como Estado e Capital se articulam no sistema capitalista* enquanto forma econômica de reprodução da sociedade. Mais que isso, apreender o caráter universalista desse sistema, caráter esse que amplia suas contradições<sup>59</sup> e possibilita sua superação. Contudo, na esteira das interpretações de Rosa, a análise tem que se dar de modo diferente da evolução histórico-lógica prevista por Lênin. Neste sentido, embora Rosa Luxemburgo ainda não tenha solucionado de modo satisfatório as relações entre o Estado e o Capital<sup>60</sup>, dá um passo importante nesse sentido, conferindo-nos outros elementos importantes para analisar as relações internacionais contemporâneas.

## ***ITEM DOIS – SOBRE O “IMPERIALISMO” NO PERÍODO ENTRE OS DEBATES CLÁSSICOS E OS DEBATES CONTEMPORÂNEOS***

### ***A Guerra Fria e o Eclipse da Discussão sobre o Imperialismo***

Conforme dissemos no item introdutório deste trabalho, as motivações elementares que sustentam boa parte das indagações aqui presentes remontam a um pequeno texto de Vivek Chibber no qual se pontua o retorno do tema imperialismo no debate das ciências sociais, marcando suas peculiaridades. No item precedente, procuramos mapear o que Chibber aponta como os “estudos clássicos”, ou seja, os estudiosos das primeiras décadas do século XX, delimitando o campo do debate fundamentalmente entre os que partilham ou não o método e os objetivos de Marx, ressaltando um pouco das polêmicas internas a cada um dos campos políticos. Assim, procuramos demonstrar com mais cuidado o que aparece na citada obra como a peculiaridade do momento em que surgem estes estudos: seja no campo marxista, seja em liberais como Hobson, o imperialismo aparece como resultado aparente de uma série de contradições do modo de produção capitalista, sendo, portanto, resultado de profundas e complexas relações que não aparecem em análises superficiais, carecendo de um cuidado especial no que tange a sua problematização e ao posicionamento do autor no que confere a propostas para a solução de um importante problema. Deste modo, sejam reformistas ou revolucionários, os textos deste período apontam igualmente para problemas fundamentais e apresentam propostas de soluções, sendo semelhantes os primeiros e diversas as segundas (CHIBBER, op. cit., págs. 1-2).

---

<sup>59</sup> “O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva” (ibid., pág. 98)

<sup>60</sup> ...o que talvez seja mesmo impossível e, mesmo, desnecessário...

Agora, procuraremos estabelecer algumas relações apresentadas no texto de Chibber que ora tomamos como guia central deste trabalho, procurando desenvolvê-las para explicar como as discussões clássicas, assentadas em análises estruturais, foram substituídas por análises superficiais que acabam por desprezar uma série de problematizações necessárias.

De fato, conforme Chibber constata com perspicácia, o fim da Segunda Guerra, a redefinição das zonas de influência e, principalmente, as importantes mudanças no que tange às formas políticas da exploração – que perderam formalidade – e a descolonização, com a substituição deste padrão por outros métodos de garantia de manutenção de sistemas desiguais de troca – que constituem essencialmente as relações econômicas internacionais – acabaram por, aparentemente, pôr fim ao imperialismo conforme o concebiam os teóricos apresentados no item anterior deste trabalho e, desta maneira, o foco das discussões perdeu a natureza estrutural pela qual se caracterizava. Deste modo, tanto os escritores “marxistas” quanto os “não-marxistas”, não obstante suas diferenciações referentes ao campo do espectro ideológico ao qual pertenciam, apresentavam como semelhanças o abandono das análises pela propaganda, de tal sorte que o próprio termo *imperialismo* foi esvaziado de sentido, passando a ser identificado como uma política do bloco oposto, substituindo um conceito por um adjetivo com o intuito de denegrir o lado inimigo. (Ibid., pág. 1)

Tal como hoje, se utiliza o termo “terrorista” para os grupos de ação política violenta que abdicam da disputa partidária do poder e o termo “terrorista” (de Estado) para caracterizar as potências agressivas e opressoras e, no mesmo sentido, se retoma as concepções religiosas e maniqueístas para rotular os “Eixos do Mal” ou os “Grandes Satãs”; quando da Guerra Fria, utilizava-se, por um e por outro lado da disputa ideológica, o termo “imperialista” como símbolo de toda e qualquer política inimiga, valendo-se de um simplismo de grande eficácia para os objetivos ideológicos-propagandísticos que marcaram a disputa da Guerra Fria.<sup>61</sup>

Nos detenhamos um pouco mais nas peculiaridades deste importante momento do século XX para introduzirmos alguns teóricos deste período – e em especial Rostow – no contexto deste trabalho de mapeamento e historicização do debate acerca das discussões sobre o imperialismo, contrapondo-os com os que os precederam e demarcando as rupturas em relação aos contemporâneos que, em certo sentido, recuperam as heranças de Hobson.

Não temos por objetivo, entretanto, a análise das peculiaridades de cada processo do amplo período denominado Guerra Fria. É sabido que não se trata de um período coeso e que

---

<sup>61</sup> Um aprofundamento da analogia pode resultar em interessantes análises futuras. Ainda em observações superficiais se pode verificar, inclusive nos planos dos discursos e das leis, semelhanças curiosas entre o *lôcus* ocupado pelos “comunistas” e os “terroristas” na vida política estadunidense.

divisões e nuances são de importância ímpar para entendermos a dinâmica dos processos envolvidos. Contudo, não é objetivo deste trabalho a análise detalhada da Guerra Fria, mas somente entendermos como o debate sobre o imperialismo, no seio desses processos, acaba por assumir os caracteres em questão. Nos permitiremos essa simplificação analítica tendo em mente os estudos de Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 2001) como suporte histórico, sendo que recomendamos aos interessados em entender as vicissitudes de cada etapa deste processo que recorram a essa obra a fim de cobrir lacunas presentes em nosso trabalho.

Com efeito, a principal característica do período denominado Guerra Fria é o profundo recorte ideológico na estrutura do poder mundial em termos da divisão do bloco antifascista que, depois da derrubada de Hitler e a partilha do mundo entre os vencedores da Segunda Guerra, se deu em termos das duas grandes potências aliadas: os Estados Unidos e a União Soviética.<sup>62</sup>

De fato, ao menos no plano ideológico discursivo, estes dois países apresentavam-se como principais baluartes de modelos de organização econômica e social supostamente antagônicos, que se caracterizariam grosso modo pela adoção e aprofundamento do esquema marxista-leninista revolucionário que marcava a região da Rússia e redondezas desde a Revolução de Outubro de 1917 e as democracias liberais lideradas pelos Estados Unidos da América, com influência em grande parte do mundo e, em especial, a Europa destruída pelas guerras. Deste modo, temos que entender como dois modelos voltados para o universalismo entram em antagonismo, uma vez que tanto um quanto outro se pretendem redentores da sociedade humana, seguindo o espírito dos escritores, especialmente dos séculos XVIII e XIX, que servem de matriz para seus modelos.

Pois se de um lado temos a necessidade latente de uma revolução mundial, seguindo a linha de Marx e de Lênin, que marca a racionalidade do bloco socialista, não é menos messiânica a crença liberal nos princípios iluministas que calcam na razão e – o que é completamente diferente – na racionalização, as pedras fundamentais de uma sociedade burguesa de diminuição das mazelas, e na crença de que este é “o melhor dos mundos possíveis”. Esta doutrina-ideologia burguesa e suas crenças sustentaram grande parte do esforço imperialista que marcou o longo período em que o império britânico dominou o mundo, seguido de perto pelas demais potências européias ávidas da execução do famigerado “fardo do homem branco” na faceta mais agressiva dessa supostamente necessária

---

<sup>62</sup> Recomendamos a leitura da grande obra de Raymond Aron: *Paz e Guerra entre as nações* (ARON, 2002) para o entendimento da dinâmica da bipolaridade.

ocidentalização do mundo que levaria a “civilização” aos povos “bárbaros” e seria, portanto, a redentora da humanidade depois da perda de influência da Igreja Católica que, no entanto, ainda estava diretamente relacionada às formulações ideológicas européias no período imperialista.

Há que se entender como o sistema do século XX se dá no esteio da dissolução do regime colonial que o precedeu, tendo em mente que tanto um quanto outro lado do mundo polarizado ainda entendia a evolução da humanidade em termos de desenvolvimento e atraso, sendo esta concepção, inclusive, precedente mesmo às questões de entender o sistema capitalista como evolução ou contradição deste processo. Desta maneira, o que se percebe claramente tanto por trás das ideologias imperialistas quanto das libertárias é o avanço do *progresso* como algo essencialmente bem-vindo, por um lado, ou destrutivo das relações tradicionais de outro, sendo que mesmo a resistência à *modernização* se confunde com a resistência à dominação e a luta pela manutenção dessas formas tradicionais se monta por sobre as lutas em torno da industrialização e expansão do sistema capitalista de produção da vida e a estratificação social e a divisão internacional do trabalho que derivaram deste processo (ibid., cap. 7). Trata-se, elementarmente, de processos imbricados e de impossível separação ao longo dos séculos capitalistas.

O que nos cabe destacar por ora é a importância dos processos de decomposição do regime imperial europeu e capitalista na constituição das bases históricas da Guerra Fria. Com efeito, as expansões capitalistas e as crises de excedentes e exportações de mercadorias e capitais que marcaram todo o período imperial, não mais estiveram ausentes da história humana desde então, e todos os processos de libertação e emancipação das colônias se deu na dinâmica de assimilação das mudanças estruturais – sobretudo tecnológicas – que permitiram a ascensão de novos mecanismos de controle do padrão de trocas que substituíram com vantagens – ainda que momentâneas, como nos mostram os primeiros anos do século XXI – de redução de custos administrativos das áreas periféricas. Assim, todos os movimentos libertários se deram na polaridade da Guerra Fria, e mesmo os levantes autóctones tiveram, de um modo ou de outro, que responder a essa dinâmica articulante<sup>63</sup>, sejam eles movimentos de

---

<sup>63</sup> Entendemos ser de extrema importância o estudo da expansão das idéias autóctones nesses processos, sobretudo no que tange a sua internacionalização e seu diálogo com os ideais revolucionários eurocêntricos supostamente universais, como o comunismo. Pretendemos dar prosseguimento a essa linha de pesquisa em projetos futuros.

elites nacionais ou de povos oprimidos, confundindo lógicas anti-imperialistas com lógicas eminentemente libertárias.<sup>64</sup>

As próprias Grandes Guerras acabaram mostrando importância crucial para o desenvolvimento desses movimentos. Sendo guerras *também* – e não somente – imperialistas, culminaram com a destruição dos grandes impérios de então. Desta maneira, podemos articular cada um dos movimentos de descolonização com os papéis dos Estados Unidos – sobretudo inspirados no liberalismo de Woodrow Wilson – e da União Soviética – *a priori*, mais formal que efetivamente – em movimentos libertários como um todo, e agindo de modo a ampliar sua respectiva zona de influência global sem, contudo, cair no erro que seria nesse momento estabelecer impérios formais.<sup>65</sup>

Mas o que era a Guerra Fria senão a impossibilidade da guerra? Com efeito, o estado de completa destruição do “mundo civilizado” pelas guerras precedentes, e o desenvolvimento de armas de destruição de massa por ambos os lados do conflito, acabaram por estabelecer um paradoxo que é central para o entendimento da Guerra Fria, qual seja a ausência completa de interesses e condições de dar cabo à Guerra Total em contraponto ao desenvolvimento cada vez maior da “indústria da morte” de tal maneira que o sistema acabou por reservar a Europa enquanto terreno pacífico – justamente por ser o centro das atenções – sem, no entanto, estabelecer a paz sistêmica. A contradição elementar da Guerra Fria é, portanto, a guerra e a paz enquanto formas funcionalmente necessárias para o equilíbrio sistêmico. Se o centro acabou sob o guarda-chuva nuclear, a periferia se viu às voltas com guerras ainda mais violentas que as imperiais – sobretudo se tomarmos em consideração o gigantesco avanço tecnológico deste “complexo industrial-militar” que encontrou na periferia um excelente mercado para a expansão das mercadorias e do capital – que, obviamente, se restringia a equipamentos obsoletos e nunca nucleares (*ibid.*, cap. 8).

Por outro lado, temos que ressaltar ainda outro elemento fundamental do sistema de equilíbrio da Guerra Fria que é crucial para entendermos o porquê de as análises “estruturais” sobre o imperialismo serem substituídas por análises “conjunturais” e deveras simplista; qual seja, a necessidade ideológica, sobretudo do lado capitalista – de construção do inimigo externo com vistas à conferência de coesão interna.

---

<sup>64</sup> Esta questão é de importância fundamental para a nova esquerda, e voltará, ainda que de maneira inconclusa, nos itens “conclusivos” deste trabalho.

<sup>65</sup> Reiteramos novamente que esta percepção de que os impérios informais são menos custosos está em cheque diante da belicosidade intervencionista atual da grande potência da atualidade.

Pois que o núcleo da força coesiva de ambos os blocos consistia sempre em apresentar-se como o melhor dos modelos para organizar a vida das sociedades humanas, sendo a crença das pessoas sob este poder centralizado fundamental para o sucesso das políticas externas de poder. No caso americano, conforme nos lembra Hobsbawm (ibid., pág. 231 e segs.) o problema é ainda maior por se tratar de uma “democracia”<sup>66</sup> eleitoral, que tem na dinâmica dos votos uma dimensão imprescindível e, portanto, estabelece um diálogo ainda mais necessário com “corações e mentes” dos cidadãos. Assim, a paranóia do macarthismo<sup>67</sup>, totalmente injustificável do ponto de vista interno, acabou por exercer papel preponderante na montagem do tal do “complexo industrial-militar”, identificado por Eisenhower, na medida em que essa histeria era extremamente funcional para o aumento de impostos em uma sociedade essencialmente individualista, mas que, no entanto, apoiava a construção da potência absoluta, claramente identificada com o interesse individual de cada estadunidense.<sup>68</sup>

Desta maneira, a partir desta breve e limitada retrospectiva da Guerra Fria, podemos articular alguns elementos que nos indiquem as motivações dos analistas em afastar as análises estruturais do debate sobre o imperialismo. Primeiramente, temos o universalismo das idéias e dos modelos de organização da sociedade, que se vêem, desde o ponto de partida, em choque, ainda que indireto. Por outro lado, temos que a polarização necessária, que assume caracteres de propaganda de um regime, e de um modelo de vida, acabam, por si mesmos, como já vimos, mesmo no caso dos teóricos clássicos, a tender para a nebulosidade das análises, prejudicadas pela necessidade de posicionamento e apoio políticos a movimentos ainda não conscientes das peculiaridades históricas em que se inscrevem. Por outro, temos que o desenvolvimento de mecanismos de dominação menos custosa efetivamente diminui a intervenção direta das potências na periferia de tal sorte que podemos entender o eclipse do debate sobre o imperialismo, que acaba relegado, como dito anteriormente a exercer um papel simbólico e retórico que esvazia o conceito.

Agora apresentaremos brevemente o que Chibber coloca como o abandono das análises estruturais ao longo da Guerra Fria, atentando-nos a dois centros do debate, seguindo

---

<sup>66</sup> As aspas são nossas.

<sup>67</sup> Como hoje atua a retórica da “Guerra ao Terror”.

<sup>68</sup> Conforme Kennedy citado por Hobsbawm (ibid., pág.234) “Vamos moldar nossa força e nos tornar os primeiros de novo. Não os primeiros se. Não os primeiros mas. Mas primeiros e ponto. Quero que o mundo se pergunte não o que o sr. Krushev está fazendo. Quero que eles se perguntem o que os Estados Unidos estão fazendo”.

o recorte que acompanha todo o nosso trabalho: o pensamento marxista e o pensamento antimarxista.

Começemos pelo antimarxista. Tomaremos em nível exemplar um sucesso editorial da época da Guerra Fria. Escrito em 1958-59, *Etapas do Desenvolvimento Econômico* de W.W. Rostow (ROSTOW, 1964), que é um grande símbolo deste período. Propondo-se desde o subtítulo a se constituir num “manifesto não-comunista”, Rostow representa nitidamente o intelectual propagandista do sistema capitalista e das posições estadunidenses contrapondo-se diretamente aos modelos soviéticos de interpretação da história, ou pelo menos o que ele entende por modelos soviéticos de interpretação da história.

Apresenta, com efeito, um esquema generalizador e simplificante dos processos históricos no que tange à construção de modelos explicativos reducionistas que entende a história como uma sucessão necessária de etapas caracterizadas essencialmente pela industrialização e pela modernização, que são colocadas sob o selo “desenvolvimento” que seria o critério de classificação elementar. São essas fases: a sociedade tradicional; as condições para a decolagem (*take-off*); a decolagem<sup>69</sup>; a marcha para a maturidade; e a era do consumo em massa. Segundo Rostow, essa foi a forma que encontrou de descrever sua tentativa de combinar a análise histórica com os elementos da teoria econômica e das ciências sociais como um todo.

Não faremos, aqui, uma reconstrução da linha argumentativa de Rostow por ela mesma, mas, do contrário, pontuaremos o debate por ele levantado com as críticas do Professor Fernando Novais apresentadas no artigo “Sistema Colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento”, publicado no livro *Aproximações* (NOVAIS, 2005) que, ao nosso entender, são o que importa para a formulação deste trabalho, ao trazer os elementos da decomposição do sistema colonial ao debate, e por ser tão mais inspirador enquanto modo de encarar os fatos analisados.

Rostow se perde já nas premissas, ao assumir critérios que se atritam com a boa lógica (cf: *ibid.*, pág. 130) ao estabelecer critérios absurdos de periodização e ao relegar as peculiaridades da história a meros acidentes estatísticos. Por outro lado, sua análise acerca do pensamento marxista acaba por reduzi-lo ao seu próprio modo de pensar as coisas, ignorando as bases essenciais de Marx, tido por ele como um mero economicista (*ibid.*, pág. 129). Entretanto, o que talvez seja um dos pontos mais problemáticos desse tipo desarticulado de

---

<sup>69</sup> Preferimos aqui a tradução livre de *take-off* pelo termo *decolagem* por acharmos mais adequada, muito embora a tradução do livro utilizada neste estudo traga o termo *arranco*.

pensamento que Rostow representa, é o fato de ignorar os problemas mais importantes de seu objeto de estudo, no caso, a funcionalidade das colônias para o sistema capitalista colonial no qual estão inseridas e os esforços das metrópoles por perpetuá-las nessa condição, ao contrário do sistema rostowiano no qual as condições para a decolagem são internas.

Procuraremos aqui nos atermos um pouco às formulações de Rostow para o problema da agressividade e da Guerra, que interessam diretamente a este trabalho. Em seu capítulo VIII – *As etapas do desenvolvimento relativo e a agressão* – o autor se esforça em tentar explicar o que segundo ele os autores marxistas denominaram imperialismo: as guerras (ROSTOW, op.cit., pág. 13).

Para ele, esse problema se constitui em uma ocupação analítica porque 1) sua teoria se assenta na necessidade do poderio bélico para a decolagem; 2) sendo um trabalho essencialmente antimarxista, deve dialogar diretamente com essa forma de pensamento, procurando contestá-la e 3) iluminar as reflexões de sua época sobre a corrida armamentista (ibid., pág. 126). Buscando relacionar com suas etapas de desenvolvimento, elenca as guerras em três tipos: coloniais; de agressão regional; e guerras maciças (ibid., pág. 127), cada uma delas relacionadas com o progresso que tem em mente quando aponta o etapismo da evolução histórica.

Pois o que entendemos por Imperialismo, seguindo os liberais e os marxistas do século XX, analisados no item precedente, para Rostow não passa de uma condição necessária para superar a etapa do subdesenvolvimento e a entrada no rumo histórico, sendo, evidentemente, um bem para as colônias, que se vêem na possibilidade de alcançar ao menos algum progresso; aliada a atavismos das mais variadas espécies e sobrevivências de nacionalismos irracionais – remontando às análises de Schumpeter em *Imperialismo e Classes Sociais* (SCHUMPETER, 1961).

Contudo, o que não podemos deixar de apontar é que Rostow não estava completamente equivocado ao menos em um ponto: os marxistas contemporâneos dele, representantes oficiais do Partido Comunista soviético de fato partilhavam dessa posição etapista.

Calcados em interpretações grosseiras de Marx<sup>70</sup>, e em certa medida até mesmo de Lênin, que por uma ou outra razão não escapa do evolucionismo etapista<sup>71</sup>, estes ideólogos, inclusive nas cartilhas do Partido, reproduziam análises creditadas a Marx do sistema

---

<sup>70</sup> Ainda mais grosseiras se tomadas por base publicações de obras nas quais seu suposto economicismo é completamente esclarecido e negado (NOVAIS, op. cit. pág. 129).

<sup>71</sup> Analisamos este ponto no item relativo ao debate clássico.

evolucionista-etapista-determinista-economicista e que as sociedades poderiam ser classificadas em feudalismo; capitalismo burguês; socialismo; e comunismo, sendo que a visão predominante no campo marxista ainda era a que dividia o espectro social em termos de uma estrutura econômica que determinaria a superestrutura da política, da cultura, e das outras dimensões da realidade por elas diretamente determinadas, como se o homem concebido por Marx fosse nada mais que o “homem econômico” dos economistas clássicos.

Assim, de um e de outro lado da disputa político-ideológica, procuramos endossar as colocações de Chibber no que tange ao eclipse das discussões sobre o imperialismo, que acabaram hegemônicas de modo extremamente simplista, sendo que as propriedades do conceito aparentemente se perderam com o desenrolar do século XX e os processos de descolonização.

### ***A derrocada soviética e o “fim da História”***

Vimos até agora como se desenvolveu o debate clássico acerca do imperialismo e como a Guerra Fria alterou significativamente os rumos do debate. Essa seção, tão curta quanto o período em que as idéias aqui apresentadas duraram, pretende marcar a transição do século XX para o XXI objetivando apresentar o debate contemporâneo nos termos do ressurgimento das análises estruturais.

Pois que a derrocada do bloco soviético, mais que apenas a suposta consolidação da hegemonia de um modelo de organização da vida pautado pelas leis capitalistas, o que de fato o fez, marca, no plano intelectual, o excesso de determinismo, seja ele calcado no pessimismo dos marxistas supostamente derrotados definitivamente, seja no campo liberal, liderado pelo guru Francis Fukuyama (FUKUYAMA, 1992).

Pois que toda e qualquer tentativa à esquerda do Estado de bem-estar social passou a ser vista, diante do fracasso soviético, como utopia demonstrada por aproximação grosseira, como se toda alternativa tivesse que incorrer nos mesmos erros dos leninistas-stalinistas, e mesmo a socialdemocracia, em processo de dissolução, daria lugar à hegemonia inevitável do neoliberalismo, inspirado nas idéias de Hayek. (HAYEK, 1945)

No campo liberal, o que se viu foi um otimismo igualmente absurdo chegando a ponto de crer que as lutas de classe teriam sido permanentemente abolidas da história da humanidade, sendo que este “último homem”, obviamente liberal, herdaria um futuro essencialmente progressista, ainda que contasse lá com suas injustiças.

Assim, entre a queda do Muro de Berlim, em 1989, e os atentados às torres gêmeas em onze de setembro de 2001, a literatura foi dominada pelo decreto do fim da esperança, por um lado, e pelo triunfo da paz liberal, do outro.

Desta maneira, na década de 1990 se acompanhou um amplo processo que pode ser sintetizado nas teses do dito Consenso de Washington, ou a instauração do ideário neoliberal por grande parte do Globo, ainda que zonas permanentemente excluídas, como a África, continuassem longe das “maravilhas do mundo liberal”, ainda que alguns poucos ideólogos importantes, como o conservador Samuel Huntington (HUNTINGTON, 1992), ocupado com as “mudanças dos interesses estratégicos americanos”, apontasse para a possibilidade de ressurgimento de conflitos ideológicos sob as roupagens de um “choque entre civilizações” (HUNTINGTON, 1997.), bem como a ressurreição das bases geopolíticas sobre as econômicas, conforme fica latente em suas linhas argumentativas, confundindo de modo mais ou menos consciente o universalismo e o americanismo, com dosagens colossais de etnocentrismos.

Por outro lado, tornou-se hegemônica a crença de que o normativismo imperaria neste pós-Guerra Fria: os discursos de Bush Primeiro, e especialmente, de Clinton, davam a entender que, de fato, o multilateralismo poderia se tornar uma estratégia dominante de hegemonia global estadunidense. A própria proliferação de estudos institucionalistas e a sua ascensão ao posto de baluarte do *stablishment* americano – e global – como representam, Joseph Nye Jr. (NYE JR., 2003) e Robert Gilpin. (GILPIN, 1987) podem indicar essa tendência de dar cabo de alternativas antes mesmo que elas surjam.

No campo global, parecia, a despeito das ressalvas dos conservadores, ainda ativos nos bastidores da Casa Branca, e, em especial, no Pentágono, que a dominação informal, institucionalizada e indireta, assentada em muito consentimento e pouca violência, características dos neoliberais, cuidaria de pôr em execução o Longo Século Americano de maneira muito mais eficiente que o antigo imperialismo.

Contudo, com a declaração de Guerra do presidente Bush Segundo em 2002, como resposta aos ataques a Nova Iorque e ao Pentágono, e a extensiva belicosidade de um modo amplo que a seguiu, o que se viu foi a impossibilidade de defesa das teses pacifistas liberais e a ascensão de “novas” idéias capazes de explicar o mundo em curso, seja do lado conservador, com a retomada dos (neo)realistas, como Huntington (HUNTINGTON op. cit.) e Waltz (WALTZ, 2003), ou da esquerda, acordada de seu breve sono e carente de redirecionamentos de análise e mobilização.

Pois que, se entender a hegemonia americana implica em compreender com detalhes os processos da década de 1970 em que o financismo aliado aos interesses petrolíferos institucionalizou os EUA no posto de potência quase absoluta, o militarismo crescente a partir de 2001 não pode ser desprezado. Da tensão entre esses dois modelos, calcados em força e consentimento, variando na importância relativa de cada um dos fatores, ainda há muito que se compreender sobre a dominação dos EUA sobre o mundo.

### ***ITEM TRÊS – O DEBATE CONTEMPORÂNEO E A RETOMADA DAS “DUAS ALMAS DE HOBSON”***

Chegamos, por fim, ao século XXI, iniciado propriamente em onze de setembro de 2001, e marcado, desde imediato, pela declaração de Guerra aberta e o abandono da hipocrisia para que, ainda que recusado o termo, se restabelecesse o modelo formal de imperialismo, mais ou menos próximo do clássico, mas definitivamente mais intervencionista que qualquer teoria pacifista liberal possa abarcar com honestidade de princípios.

#### ***Uma perspectiva histórica – Michael Mann***

O primeiro autor que exporemos aqui é Michael Mann. Retirado de seu conforto intelectual pela necessidade auto imposta de se posicionar frente aos seus dois governos – sendo ele um cidadão estadunidense e britânico – em guerra contra o terror, o historiador-democrata (panfletário) se coloca firmemente contrário às pretensões imperiais estadunidenses, buscando demonstrar as incoerências existentes nesse projeto imperial (MANN, 2003).

Inicia seu trabalho justamente demonstrando as modificações aparentes entre o discurso de Bush I, de 1991, e o de Bush II, de 2002, sobretudo no que tange o caráter normativo do primeiro e o preventivo do segundo. Assim, Mann introduz em seu trabalho a idéia de que esse reposicionamento estadunidense, antes de se constituir em um imperialismo, seria, com efeito, um *militarismo unilateral* (ibid., pág. 2).

Para tanto, faz uma detalhada análise da ascensão dos neoconservadores aos cargos mais importantes dos Estados Unidos da América para, em seguida, demonstrar como estes conseguem, aproveitando-se de oportunidades históricas ímpares – sobretudo os atentados de 2001 – dar cabo a um projeto de poder que antecede em muito o governo de Bush II,

conciliando a hegemonia incondicional estadunidense que remonta, pelo menos, J. Kennedy, em discurso citado no Item Dois deste trabalho, e que tem embrião no governo Clinton, quando os Estados Unidos assumem seu caráter universalista e seus ideais de mobilização civilizadora (ibid., pág. 8). E essa é uma ambigüidade interessante no trabalho de Mann. Por um lado, ele apreende de modo relativamente nítido que o projeto imperial estadunidense não é exatamente um projeto republicano. Por diversos governos, republicanos e democratas, parece haver uma tendência ao império. Mas isso não o impede de, em suas análises, confundir de tal modo o imperialismo atual com uma agressividade neoconservadora republicana, que chega a defender a dominação por consenso – tradicionalmente aproximada aos democratas – em relação à atual agressividade militarista – tida por republicana.<sup>72</sup>

O que Mann afirma é o erro em que constitui a superestima ao poderio militar estadunidense, ainda que reconheça que, neste campo, os Estados Unidos contam com condições comparáveis somente ao Império Romano no que concerne à posse de recursos de execução de um projeto imperial, pois que o império americano pode, para ele, ser qualquer coisa, menos benevolente e civilizador. O aspecto que pretende reforçar é, reitero, a incoerência do projeto imperial, que não leva em conta outros aspectos que não as armas, e acabam por, ao contrário de suas intenções, gerar um mundo mais instável e mais perigoso para as pretensões dos Estados Unidos, que acabam se consolidando não como um império, mas como um gigante militar (*military giant*); um “carona” no plano econômico (*back-seat economic driver*); um esquizofrênico político (*political schizophrenic*); e um fantasma no plano ideológico (*ideological phantom*) (ibid., pág. 13).

Essa ambigüidade de entendimento do imperialismo enquanto tendência suprapartidária e ao mesmo tempo especificamente republicana fica ainda mais evidente quando nos deparamos com suas explicações para o aumento desse militarismo em últimos termos contraproducente às pretensões estadunidenses. Segundo ele, para se chegar a esse

---

<sup>72</sup> Sobre os limites ao imperialismo, não argumenta em seu contrário, mas numa suposta autolimitação “racional”: “É claro que a questão é que, para serem hegemônicos, os EUA têm de obedecer às regras que eles mesmos determinaram. Se o militarismo unilateral abandona as regras, o país se arrisca a perder a hegemonia. É isso que preocupa os liberais” (Ibid. pág.24). Ou, por exemplo, quando critica o suposto realismo dos imperialistas: [todos, da esquerda à direita concordam que esta é a Era do Império Americano. ] “Eu discordo. Mas não argumento aqui com elevadas bases morais, cheias de condenações retóricas da política norte-americana. Nem afirmo que tudo o que temos que fazer é abandonar as tendências imperiais, abraçar a paz e seguir os multilateralistas e pacifistas bonzinhos e carinhosos personificados pela ONU. Deixar tudo por conta da ONU pode ser uma receita para a mobilização de elevados sentimentos morais, discussões políticas intermináveis e pouca ação. Ainda assim, seria melhor do que uma guerra sem fim. Mas melhor ainda seria ter mais realismo a respeito das limitações dos dois conjuntos de opções – o multilateral e o unilateral, a negociação e a força, as cenouras e os porretes. Então, talvez, consigamos abrir caminho para uma mistura mais produtiva das suas melhores qualidades. Este livro ataca o coração supostamente ‘realista’ do novo imperialismo” (Ibid. pág.25).

novo imperialismo foram necessários três outros estopins. O primeiro deles foi puro acaso (*sic*), e se deve ao confuso sistema eleitoral estadunidense – e mais ainda o da Flórida – que enviesa a eleição em prol dos estados rurais – menores e conservadores – que permitiu que Bush fosse eleito presidente a despeito de ter menos votos que Al Gore. O segundo estopim foi, segundo Mann, o preenchimento dos cargos do governo norte-americano com *chicken-hawks* e neoconservadores com uma afinidade misteriosa (*sic*) com a direita israelense numa luta do bem contra o mal. Já o terceiro estopim foi, segundo ele, quando, de repente, em onze de setembro de 2001, Osama Bin Laden lhes deu o poder de mobilização popular e os alvos para a sua agressividade latente<sup>73</sup>. Assim, com a combinação do puro acaso, com a afinidade misteriosa e uma catástrofe oportuna o mundo se viu mergulhado no novo imperialismo, que é na realidade militarismo. “Deste modo, o surgimento do novo imperialismo não se deveu a nenhum surto agressivo do povo dos EUA. Em vez disso, deveu-se à má sorte histórica mundial.”<sup>74</sup>

Mas o que importa analisar com relação aos pontos estabelecidos por Mann é até que ponto o modelo de dominação pode ser estabelecido por governos e até que ponto é uma necessidade que se impõe aos Estados. Pode haver a ruína inevitável em um sistema de dominação tomado em sentido amplo por baixo da análise simples das escolhas de táticas de dominação.

### ***Uma perspectiva crítica dos discursos - Noam Chomsky***

Outro autor importante nesse mapeamento contemporâneo é Noam Chomsky. Tido como um dos mais importantes intelectuais de esquerda no momento, seus estudos, sobretudo *Hegemony or Survival – America’s Quest for Global Dominance* (CHOMSKY, 2003), são sem dúvida pontos de referência importantes para os estudos sobre o “novo imperialismo”.

O lingüista se debruça basicamente sobre as análises dos discursos de pessoas diretamente ligadas ao poder estadunidense, e aos intérpretes da imprensa, buscando, por meio de uma linguagem simples, atingir ao público comum americano, na esperança mais ou menos velada de modificar o panorama político por meio das eleições, para combater o que acredita ser o desvelamento das longas pretensões imperiais estadunidenses em sua fase mais aguda, que sob Bush Segundo aparecem cruas, contrastando com as roupagens de presidentes como Bush Primeiro e Clinton.

---

<sup>73</sup> CF: *ibid.*, pág., 19-20.

<sup>74</sup> Aos que concordam conosco na incredulidade com o absurdo dessas explicações, confira na página 19 da obra citada.

Interessa a ele, em especial, a belicosidade estadunidense marcada pela declaração da Guerra ao Terror e a instauração da Doutrina de Segurança Nacional, que em meio a muitas mentiras, aproxima o governo americano dos fascistas no que tange ao diversionismo para promover toda sorte de interesses a partir da repetição exaustiva de inverdades, aprendendo com os mestres da manipulação da opinião pública como manobrar a sociedade (ibid., pág. 240). Entre os autores aqui tratados, é o que toca mais a fundo numa questão essencial do mundo contemporâneo, que é justamente o relacionamento entre os Estados Unidos e o “terrorismo”, igualando-os enquanto maniqueísmos, e mais que isso, a visões religiosas igualmente perigosas, que se retroalimentam e são reciprocamente funcionais (ibid., pág. 241).

Levanta uma problemática nem sempre apontada com a devida relevância que é a crescente remilitarização do mundo, sobretudo a Rússia, e em especial nos seus artefatos nucleares, e indaga sobre a possibilidade, deveras concreta de a lógica de dissuasão – extremamente psicológica e subjetiva – dos tempos da Guerra Fria voltarem a dominar a racionalidade dos agentes internacionais, e o constante aumento da insegurança global, combinando o que há de potencialmente mais perigoso nas questões sobre o terrorismo com as armas de destruição em massa, seja nas mãos desses grupos, seja nas mãos de Estados pouco confiáveis contaminados pela lógica da ação preventiva estadunidense (ibid., pág. 242 e segs.). Desta maneira, tanto a crescente reação ao aumento do militarismo americano por todo o globo, quanto a racionalidade em uso de entender todos como inimigos potenciais, seriam, segundo Chomsky, potencialmente ruins para a manutenção da segurança do mundo e, mesmo, poderiam ser contraproducentes à lógica imperial estadunidense, colocada em movimento a partir do pretexto representado pelos atentados de onze de setembro, que acabaram por permitir a implementação, de, mais que uma doutrina, uma visão (*vision*) de política do grupo ligado ao presidente.

Assim, se Chomsky chega a apresentar alguma relação econômica, quando trata de empresas interessadas nos protecionismos e na questão dos impostos, o faz superficialmente, sempre tomando seu aspecto mais classista e político, contrapondo com as políticas econômicas sancionistas – genocidas – que as acompanham. (ibid., págs. 248 e segs.)

Por fim, devemos ressaltar um último aspecto da obra de Chomsky muito importante para os nossos estudos, qual seja, o caráter impositivo da “democracia”, que aparece como uma exportação forçada do padrão neoliberal de comércio, oferecendo-nos a ligação com a

parte mais interessante dos debates contemporâneos, simbolizados pelos estudos de David Harvey.

### *Uma perspectiva “estrutural” –David Harvey*

David Harvey, o último autor que pretendemos apresentar aqui, é um intelectual ocupado com as relações internacionais contemporâneas que busca combinar em sua análise elementos estruturais a partir de uma metodologia que objetiva reler o materialismo histórico de Marx às luzes da geografia – sua área de formação. Portanto, a relação elementar de seus estudos é entendida como a interação entre os processos geográficos que teriam segundo ele uma *lógica* [especificamente] *territorial*, e os econômicos, que teriam uma *lógica* [especificamente] *capitalista*. Nesta obra, tem como foco central as discussões tão em voga acerca da suposta mudança da política externa estadunidense sob o governo Bush Segundo, em especial a intervenção militar no Iraque, em suas relações com o capitalismo global atual e a geopolítica, tentando estabelecer as conexões lógicas que gerariam um suposto “novo imperialismo”.

Tem, assim, nitidamente, um projeto político, ou uma “práxis de esquerda”, que objetiva contrapor ao projeto dos neoliberais e neoconservadores, que conformam a práxis direitista de estabelecimento de uma certa hegemonia estadunidense que a seu ver é insustentável e maléfica tanto para os Estados Unidos quanto para o resto do mundo. A luta política atual, para ele, deve compreender as nuances desta época histórica específica; e o entendimento de como funcionam as relações internacionais contemporâneas tem o papel crucial de pautar a agenda de luta anticapitalista, antiliberal, anti-imperialista *etc.*

Pois exatamente como fizeram os ingleses, os americanos recorrem a uma retórica universalista, e em certo sentido até mesmo humanista – com o discurso dos direitos humanos, da defesa das mulheres e de povos oprimidos (como os curdos, no caso iraquiano<sup>75</sup>)

---

<sup>75</sup> Evidentemente que somente alguns dos povos oprimidos são contemplados nesses critérios – o que Mann se deteve mais em analisar em seu capítulo sete, sobre os “estados párias”. Os casos africanos são os mais evidentes exemplos de descaso. Muitos analistas julgam que os africanos são desconsiderados, por serem negros, e por mentalidades ainda presas a idéias de racismo dos políticos do primeiro mundo sendo, assim, excluídos *a priori* por serem considerados indignos de ajuda, ou antieconômicos. Ao nosso juízo, além desse fator, inúmeras outras questões estão por trás desses discursos. Por exemplo, no fato de que alguns desses países possuem reservas significativas de petróleo – ou de outros recursos naturais como diamante. Quando da mudança da estratégia retórica estadunidense e européia de boicotar governos tirânicos com bloqueios econômicos, evidentemente tendo em mente que o Oriente Médio seria, neste momento, capaz de suprir as necessidades globais de combustível, a China – “menos escrupulosa” – projetou influência de modo assertivo nas reservas africanas, no Cáucaso e no mar Cáspio, na onda do encolhimento da Rússia. As intervenções humanitárias, nesses locais, como exemplo mais evidente do Sudão, esbarram, portanto, no conflito geopolítico que Harvey apresenta constantemente, mas que deixa escapar esse importante exemplo.

– para legitimar sua posição unilateral. Assim, analisando o papel do petróleo na economia global, Harvey busca diferenciar o imperialismo atual por meio da economia atual, analisando, assim, a dimensão econômica da hegemonia estadunidense que sustenta toda a máquina do Estado norte-americano.

Esta etapa analítica constitui um dos núcleos centrais de sua argumentação, na qual elabora o que entende ser a dialética fundamental do imperialismo: a discrepância entre “esfera produtiva” e a “esfera política”, ou entre “economia” e “jogo de poder”, ou, ainda, entre “lógica territorial” e “lógica capitalista”. Sua argumentação sobre o que daria a tônica da “dinâmica histórica” se sustenta nestes jogos de oposições entre o que chama de “processos moleculares de acumulação” (em que predominam o jogo privado de interesses individuais e os micro processos de decisão) e as “políticas do Estado e do império” (em que as decisões têm necessariamente um caráter coletivo – ainda que não generalizado e dividido em interesses de classes – e os macroprocessos)

Isso porque, reinterpretando abertamente Rosa Luxemburgo, Harvey enfatiza a organicidade genética do Estado burguês com a economia do modo de produção capitalista, que estabelecem entre si relação de extrema sinergia, mas não de necessidade absoluta<sup>76</sup>, pois são duas lógicas distintas e autônomas<sup>77</sup>, embora com interesses que podem, de acordo com circunstâncias específicas, convergir.<sup>78</sup> Deste modo, os capitalistas podem agir dentro, a favor ou contra o Estado e o Estado em favor ou contra burguesia<sup>79</sup>.

Contudo, o que talvez seja mais digno de nota quando tomamos a argumentação de Harvey é quando se apropria do esquema analítico de Rosa Luxemburgo – que concebe a idéia de “sistema aberto” – para entender a análise contemporânea das relações internacionais, quando atesta o caráter não simplesmente primitivo da acumulação originária descrita no famoso capítulo XXIV d’*O Capital* de Marx (MARX, 2001), mas que, por meio da

---

<sup>76</sup> “Não obstante, a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). Políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro e aos negócios e relações comerciais externos também têm de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios.” (HARVEY, 2004, pág. 80)

<sup>77</sup> As lógicas são autônomas, mas não autárquicas. Elas versam suas próprias regras, mas não de maneira absoluta. Talvez um termo mais apropriado seja *relativamente autônomas*. Mas preferimos manter a idéia segundo a qual o capital segue regras de acumulação de capital e o estado de poder – território e coerção das pessoas.

<sup>78</sup> “Os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os códigos lingüísticos como formas de produzir intrincadas redes espaciais de atividades capitalistas independentes das estruturas do poder do Estado.” (HARVEY, op. cit., pág.80)

<sup>79</sup> Essa relação já aparece no 18 Brumário (MARX, 1977)

acumulação por espoliação é capaz de garantir os mecanismos de extração de mais-valia entendida em seu conceito mais amplo: o próprio mecanismo de exploração de classes que permite que o sistema, embora se modifique em sua forma, e mesmo em alguns pontos cruciais, como é o caso da autonomia da esfera financeira cada vez mais latente, continua assentado num profundo sistema de extração de riquezas que produz socialmente excedentes concentrados privadamente. (HARVEY, op.cit., cap. 4)

Desta maneira, o que concebe por imperialismo é exatamente a junção entre interesses particulares de acumulação e interesses de Estado. Quando as lógicas micro, por um lado, e macro, pelo outro, se encontram em momentos de convergência tática, ocorre que o Estado, em busca de aumento de poder político e o controle territorial sobre as pessoas e os demais recursos de poder, acaba por agir na direção do aumento e facilitação das condições de acumulação exigidas preferidas da sua elite econômica hegemônica. Assim se dá o imperialismo, em qualquer época.

Trata-se, conforme é de fácil constatação, de uma retomada, pelo lado marxista, de um tipo de análise que tem início com Hobson, que, como vimos, por meio de suas “duas almas” é competente em combinar dois tipos de análise de forma particularmente interessante, a tal ponto de elucidar elementos ausentes na maioria dos estudos dos que se debruçam sobre o tema. Assim, pelo método, e, mais que isso, pelo enfoque analítico, podemos abarcar “preciosidades” dos fenômenos estudados de tal sorte que a própria análise fenomenológica, que seguiria na linha de verificar a crescente institucionalização do império e do aumento significativo de práticas imperiais, ou mesmo análises do plano ideológico, objetivando elementos de construção e imposição de um determinado modo de pensar e organizar a vida seriam, por princípio, impossíveis de serem apreendidas.

## ***CONCLUSÃO(?)***

Esperamos ter chegado a algum fim num trabalho que se mostra impossível de partida: mapear um debate que se inicia no século XIX, sai de cena na segunda metade do XX e reaparece com força nos primeiros idos do XXI. Buscamos não interromper demasiadamente caminhos de pensamento que se desenvolveram ao longo do trabalho de forma não-linear. Abusamos das notas de rodapé para tentar empreender algum sentido a eles. Contudo, por certo não fomos totalmente capazes de desenvolvê-las, nem o poderíamos ter realizado.

Esperamos que noutros estudos possamos continuar em alguns deles. Gostaríamos de colocar apenas um último aspecto que julgamos não suficientemente explorado nas linhas que acabamos de expor, e diz respeito a reflexões que muitas vezes não se apresentam como gostaríamos, muito embora, julguemos de extrema importância.

Trata-se do posicionamento do intelectual nos problemas que analisa. Mais uma vez não gostaríamos de empreender a esta tarefa um caráter conclusivo ou normativo, mas abrir algumas trilhas levantadas pelos autores aqui expostos pode nos ser de grande valia.

Devemos ter em vista, primeiramente, os pontos pacíficos da complexidade das relações internacionais contemporâneas, e a hegemonia do capital financeiro que há tempos vem comandando todo o processo econômico e alterando significativamente o mundo do trabalho e a própria vida das pessoas como um todo, bem como o aumento do fluxo de informações e a diminuição das distâncias de modo inimaginável há poucos anos, com o aumento absurdo da velocidade de circulação das idéias e o estabelecimento de níveis de comunicação potencialmente capazes de empreender mundialidade a processos outrora muito restritos a regiões limitadas do globo terrestre, numa combinação de elementos que se apresentam comumente sob o vazio rótulo de globalização, que contrastam, por outro lado com o crescimento assombroso da violência estatal e civil, e de processos aqui descritos como “novo imperialismo”. Reflitamos mais detidamente, portanto, ao que concerne a formulação de alternativas.

Harvey cita Amin quando este percebe a tendência de surgimento de lutas anticapitalistas – não necessariamente comunistas ou socialistas – na periferia, baseadas em outras lealdades que não pautadas no mundo do trabalho, numa espécie de revolução dos povos, em que essas fragmentações que compõem a realidade do mundo pós-capitalista dão a tônica do processo.

Primeiramente temos que ressaltar esse ponto do “pós-capitalista”. Bem que gostaríamos de pôr fim ao capitalismo. Não em quaisquer termos, que fique claro. Como sabem os que estudam história, nem sempre as mudanças são bem-vindas. Por vezes são nefastas. Por vezes são tragédias. Mas não cremos, por hora, que o capitalismo tenha sido superado. De outro lado, temos que enfatizar outro ponto: as lealdades fragmentadas são uma característica da época atual, em constante agravamento. Isso não é absolutamente necessário, mas o tem se apresentado como tal, seguindo a linha dos pensadores da Modernidade (enquanto cisão dos homens.) Ainda que atualmente proliferem supostos pós-modernistas reivindicando particularidades muito debatidas desde os primeiros escritos sobre a

Modernidade e seus dilemas. Por Hegel. Pensamos que frequentemente falta rigor àqueles que se apressam em apresentar novidades. Por vezes elas datam de séculos. Mas concedamos crédito à citação de Harvey, pois há algo em seu argumento com o qual concordamos.

A acumulação por espoliação não se dá somente na periferia, mas é aqui que se manifesta em suas formas mais cruas. Ao contrário, se dá nas mais variadas escalas, sejam locais, regionais ou globais, cada uma com sua dinâmica própria e interesses difusos. “Todo o campo da luta anticapitalista, anti-imperialista e antiglobalização foi reconfigurado, tendo-se acionado uma dinâmica política totalmente diferente” (HARVEY, op. cit., pág. 142)

Devem-se, portanto, enfrentar esses dilemas política e analiticamente. Como definiu corretamente Rosa Luxemburgo a acumulação de capital tem aspecto dual, seja por meio da reprodução expandida, seja por meio da acumulação por espoliação, que estão organicamente ligadas. Estão entrelaçadas dialeticamente, de modo que as lutas têm que ser entendidas nessa mesma dialética. Se as mudanças das agendas se deram em direção às lutas contra a acumulação por espoliação é porque esta ganhou maior relevância em relação à primeira na configuração atual da dinâmica capitalista.

Temos, portanto, para analisar os rumos da esquerda contemporânea, que entender os atuais formatos e os atuais processos em que se dão as dinâmicas sociais e, portanto, capitalistas. Para tanto, Harvey busca entender as nuances do capitalismo atual para estabelecer uma nova agenda de lutas que ultrapasse o conceito amorfo de “multidão”<sup>80</sup>, entendendo o progressismo e o regressismo de cada uma das lutas moleculares, sendo que o cordão umbilical das duas formas de luta estão clara e acertadamente reconhecidos nas instituições financeiras apoiadas pelos poderes do Estado, exigindo um movimento de esquerda “centrífugo quanto às particularidades” e “centrípeto quanto aos rumos”, no estabelecimento de uma política ampla de “destruição criativa” mobilizada contra o regime dominante de imperialismo neoliberal imposto ao mundo pelas potências capitalistas hegemônicas. Deste modo, surge a possibilidade de buscar a união tática de lutas aparentemente díspares sob um elemento central: a luta anti-imperialista e anticapitalista, variando em graus mais ou menos libertários e mais ou menos estruturadas em torno de um projeto consciente concreto, tomando essa aparência – o imperialismo – como a faceta inteligível de um monstro que somente através dela pode hoje ser apreendido.

---

<sup>80</sup> Nessa passagem as influências de Hardt e Negri, formuladores de tal conceituação são evidentes. Na verdade, parece que Harvey escreve *para* eles, diretamente, e *contra* seus seguidores, tentando disputar a hegemonia do pensamento de esquerda atual, no seio do Fórum Social Mundial, em que essas discussões aparecem.

Nos termos de Harvey, as dinâmicas internas e dificuldades em solucionar os problemas de sobre acumulação levaram a práticas imperialistas, mas as intervenções militares são apenas a ponta do *iceberg*, constituído por arranjos institucionais que garantem a permanência de padrões de troca assimétricos pautados no livre mercado e no mercado de capitais abertos que na realidade concorrem para conferir ainda mais poder aos monopolistas.<sup>81</sup>

Terminamos com uma releitura de Harvey que nos parece de grande lucidez:

o aumento da importância da acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatização, se acha vinculado com a visita de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo. E esse parece ser o cerne da natureza da prática imperialista contemporânea. Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, ‘o pecado original do simples roubo’, que possibilitara a acumulação original do capital, ‘tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente’. Se assim é, ‘novo imperialismo’ mostra não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distintos. (ibid., pág. 148)

---

<sup>81</sup> “O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido, por conseguinte, a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a dismantelar suas proteções” (ibid., pág. 147)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond *Paz e Guerra entre as Nações* trad. port. Brasília & São Paulo: IPRI, Imprensa Oficial, 2002
- ANGELL, Norman A *Grande Ilusão* trad. port. Brasília & São Paulo: IPRI, Imprensa Oficial, 2002
- BRAUDEL, Fernand Capital, Capitalista, Capitalismo em *Civilização Material, Economia e Capitalismo (sécs. XV – XVIII) – Tomo II: O Jogo das Trocas*. Lisboa: Teorema, 1979.
- CHOMSKY, Noam *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance* Nova York: Metropolitan Books, 2003
- CHIBBER, Vivek “The Return of Imperialism to Social Science” *The European Journal of Sociology* december (2004)
- FUKUYAMA, F; *O Fim da História e o Último Homem* trad. port., São Paulo: 1992
- GILPIN, Robert *The Political Economy of International Relations* New Jersey: Princetown University Press, 1987.
- HARVEY, David *O Novo Imperialismo* trad. port. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HILFERDING, Rudolf *O capital financeiro* trad. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HAYEK, *The Road to Serfdom* Chicago: Chicago University Press, 1945
- HOBBSAWM, Eric *A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)* trad. port. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOBSON, John *Estudios del Imperialismo* trad. esp. Madrid: Alianza Editorial, 1968.
- HUNTINGTON, Samuel A Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos trad. port. em *Política Externa Brasileira* vol. 1 nº 1, junho de 1992.
- \_\_\_\_\_, *The Clash of civilization and the remake of the world order* New York, Simon & Schuster, 1997.
- KANT , Immanuel *A Paz Perpétua e outros Opúsculos* Lisboa: Edições 70, 1995.
- LENIN, V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo* trad. port. São Paulo: Global, 1987
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. trad. port. São Paulo: Editora Abril Cultural. Coleção: Os Pensadores, 1983.
- LUXEMBURGO, Rosa *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo* trad. port. II Vol.. São Paulo: Abril Cultural, 1985
- MANN, Michael *Incoherent Empire* Londres: Verso, 2003
- MARIUTTI, Eduardo Barros *Colonialismo, Imperialismo e Desenvolvimento Econômico Europeu* Tese de Doutorado em Economia, Campinas: IE/Unicamp (2003)

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich *Manifesto do Partido Comunista* trad. port. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- MARX, Karl, *O Capital* trad.port. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_, *O 18 Brumário e Cartas a Kuegelmann* trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- NOVAIS, Fernando Sistema Colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento. em *Aproximações* São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- NYE JR, Joseph *The Paradox of American Power: Why the World's Only Super-Power Cannot Go It Alone* Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico* Rio de Janeiro: Zahar, 1964
- SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais* trad. port., Rio de Janeiro: Zahar, 1961
- WALTZ, Keneth. *Teoria das Relações Internacionais.* trad. port., Lisboa: Editora Gradiva, 2003.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* trad. port., São Paulo: Companhia das Letras, 2004.